



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 604 - DE 1 A 15 DE MARÇO DE 2020 - R\$ 4,00

Responder às provocações autoritárias dos bolsonaristas

ORGANIZAR UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA!

Fim das privatizações! Pela reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção! Não pagamento da dívida pública! Em defesa dos empregos e salários! Revogação das reformas trabalhistas, da Previdência e da terceirização!

**Pelo direito de greve, organização
e manifestação dos policiais!**

Derrotar a repressão do governador Camilo (PT)!

Fora a intervenção federal no estado do Ceará!

Que as reivindicações salariais dos policiais sejam atendidas!

**Balanço da greve dos petroleiros.
Por que a direção da FUP capitulou?**

Responder às provocações dos bolsonaristas

A convocação de um ato no dia 15 de março, em defesa do governo e contra o Congresso Nacional, criou alvoroço nos meios da política burguesa. De repente, apareceram “democratas” de todos os cantos, contestando Bolsonaro por ter apoiado a iniciativa de seus partidários.

Vozes do PSDB exortaram as “forças democráticas”, da direita civilizada à esquerda reformista, a constituírem uma frente ampla em defesa das instituições democráticas. Aham que o momento exige deixar para trás as “mágoas”, e se unir contra os perigos dos desatinos do presidente da República. Vozes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional, da Ordem dos Advogados e dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ressaltaram os valores democráticos para “a paz e o desenvolvimento do País”.

O que mais se ouviu, assim que a imprensa revelou o apoio de Bolsonaro ao ato, foi que é preciso evitar confrontos, que a democracia é uma conquista dos brasileiros, que o Estado de Direito deve ser defendido contra qualquer ameaça, que não se pode transgredir a ordem político-jurídica da Constituição e as leis da República, que as autoridades constituídas devem dar o exemplo de respeito às instituições, etc. Chegou-se a aventar a possibilidade do Presidente estar cometendo crime de responsabilidade.

Se depender da reação verbal desses representantes da “democracia”, Bolsonaro e os militares que povoam seu governo vão minimizar o acontecimento. Já começaram a fazê-lo, com o “esclarecimento” de Bolsonaro de que foi uma manifestação pessoal, restrita aos seus seguidores nas redes sociais, e com a declaração do vice-presidente Hamilton Mourão, de que se está “fazendo tempestade em copo d’água”. Os generais que aparecem em fotos na propaganda do dia 15 simplesmente disseram que não haviam autorizado a usá-las. Respostas fáceis, diante da enorme repercussão no interior da política burguesa e instituições.

Os “democratas”, atemorizados com a ousadia da ultradireita em atacar os presidentes da Câmara do Deputados e do Senado, bem como o Congresso Nacional – e até figuras do STF –, se esqueceram que organizaram um golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff, instituíram a ditadura civil de Temer, e aplainaram o caminho para a eleição de Bolsonaro. O golpe institucional trouxe os militares para o centro da política e da administração do Estado. Temer reativou o velho SNI da ditadura militar, com nova roupagem, e adaptado às novas circunstâncias. Bolsonaro, embalado pela “legitimidade” das eleições, foi bem mais longe no continuísmo. Aos poucos, instalou generais nos postos-chaves do governo, até que, recentemente,

completou a militarização de todo o andar do Palácio do Governo, que responde pela governabilidade.

O general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), se tornou o pivô do governo. Homem ligado aos Estados Unidos, orienta a militarização e a conduta do governo, diante do Congresso Nacional. Antecipando a crise aberta com o movimento do ato pró-governo, Heleno atacou o Congresso Nacional, pela tentativa de impor condições na administração dos recursos orçamentários, reduzindo a margem de manipulação do governo.

Não há, de fato, um choque entre a política geral de Bolsonaro e o parlamento. Uma prova disso foi a aprovação da Reforma da Previdência. Certamente, os parlamentares têm alterado os projetos, como o da segurança, apresentado pelo ministro Moro. Algumas das derrotas criaram animosidade de Bolsonaro ao Congresso Nacional. Ocorre que o governo militarizado não pode se sujeitar ao jogo parlamentar.

Bolsonaro pretendeu, aproveitando-se da fragilidade eleitoral dos velhos partidos, e da impotência do reformismo petista, pôr em marcha um governo bonapartista. O que implicaria subordinar o Congresso Nacional. No entanto, a permanência da crise econômica, e o rápido descontentamento dos explorados com sua política econômica antinacional e antipopular, não permitiram concluir esse processo.

A completa militarização do governo que acaba de concluir indica que as forças da ultradireita procuram criar as condições para impor o bonapartismo. A imprensa monopolista, que serviu à ascensão de Bolsonaro, refere-se aos bolsonaristas que atacam o Congresso como golpistas. Temer fracassou por não ter conseguido superar a crise econômica, embora tenha dado a valiosa contribuição à burguesia com a reforma trabalhista. Bolsonaro não tem como reverter as tendências desintegradoras da economia nacional, condicionada pela crise estrutural do capitalismo mundial. Está preso à mesma trilha da ditadura civil de Temer. A ampla militarização expressa as profundas contradições da política burguesa, submetida ao imperialismo.

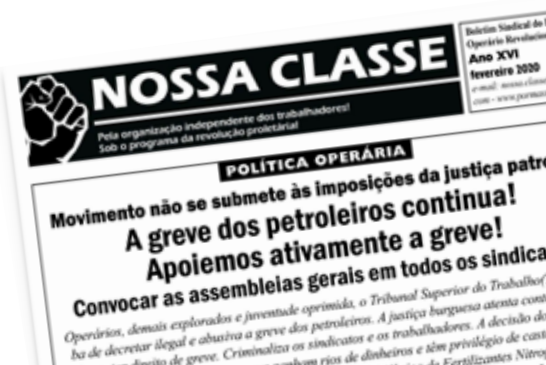
Trata-se de orientar a classe operária e os demais explorados a não se sujeitarem à divisão interburguesa. Governo e Congresso Nacional vêm impondo as contrarreformas, que atingem profundamente as condições de existência da maioria oprimida, e aplicando o vasto plano de privatização. A proposta de formar uma frente ampla democrática serve apenas aos interesses dos exploradores do povo. A tarefa, ao contrário, é a de impulsionar as lutas pelas reivindicações dos assalariados, camponeses e juventude. Está colocada na ordem do dia – isso sim – a constituição de uma frente única anti-imperialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Campanhas do Partido Operário Revolucionário

Em defesa da greve dos petroleiros

Foram distribuídos nas fábricas, dois boletins Nossa Classe, em fevereiro. O primeiro teve como bandeira principal “Todo apoio à greve dos petroleiros”. Diz: “O Boletim Nossa Classe se empenha para que a greve se fortaleça e ganhe apoio da maioria explorada do País”. Faz o seguinte chamado: “O Boletim Nossa Classe se solidariza com a greve dos petroleiros. Defende a organização dos piquetes contra os fura-greve. Chama as centrais e sindicatos de todas as categorias a convocar seus trabalhadores a apoiar os petroleiros”. O segundo boletim, denuncia o Tribunal Superior do Trabalho por decretar a greve ilegal e abusiva. Diz: “A justiça burguesa atenta contra o mais elementar direito de greve. Criminaliza os sindicatos e os trabalhadores. Abaixo a ditadura do TST! Viva a greve dos petroleiros!” ■



Luta dos rodoviários de Pernambuco

O Boletim Nossa Classe fez a convocatória para que os rodoviários participassem da assembleia. Eis a bandeira: “Em defesa dos empregos, direitos e salários”. Diz: “Sindicato forte é aquele que faz com que os trabalhadores acreditem em sua própria força, na solidariedade dos demais trabalhadores e na independência de classe (...) A luta pelos empregos é de toda a classe, por isso, o Boletim Nossa Classe defende a divisão das horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho, a redução da jornada, geração de novas vagas, sem redução de salários” ■



Combate a reforma trabalhista, no Ceará

O Boletim Nossa Classe denuncia a carteira de trabalho Verde Amarela. Explica que a carteira Verde Amarela “é uma jogada do governo para retirar dinheiro do seguro desemprego, e diminuir os gastos dos patrões com a folha de pagamento”. Portanto, “Não vai empregar a juventude como promete”. “O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e as centrais sindicais façam uma verdadeira campanha nacional por emprego a todos. A forma inicial de acabar com o desemprego é a redução da jornada de trabalho sem redução de salários”. Como parte da campanha, o boletim traz uma nota sobre a brutal exploração sofrida por aqueles que trabalham com uber, rappi, ifood. Defende que os sindicatos façam uma campanha contra a informalidade, e pelo trabalho formal. Traz ainda uma nota denunciando o salário mínimo de fome de Bolsonaro. Mostra que, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 4.031,39. O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a lutarem “por um salário mínimo vital, que assegure as reais necessidades da família trabalhadora”. ■



Corrente Proletária dos Servidores Públicos, Rondônia. Em defesa da luta dos trabalhadores dos Correios

As duas federações dos Correios aprovaram para o dia 3 de março um dia de greve nacional. O Boletim Corrente Proletária dos Servidores defende: “A greve nacional dos Correios em 3 de março deve ser o ponto de partida para uma greve por tempo indeterminado (...) Assim, derrotaremos os planos de privatização; assim, avançaremos na defesa dos empregos, dos salários, das condições de trabalho, e contra a destruição de direitos, como a Reforma da Previdência, já aprovada”. A Corrente Proletária defende a constituição dos “comitês de luta e mobilização em cada cidade”. E que “as greves setoriais devem convergir para uma única e poderosa greve geral”.



As lutas nos Correios devem se juntar à luta geral dos trabalhadores. Retomar a Greve Geral por tempo indeterminado!

O mês de fevereiro deste ano representou as principais pautas para a luta dos trabalhadores dos Correios: contra o reajuste dos planos de saúde, contra a privatização das estatais, por reajuste salarial e por melhores condições de trabalho (defesa de mais contratações, etc.).

Em 12 de fevereiro, ocorreu um Dia Nacional de paralisação em muitas cidades e estados. A paralisação encaminhada pela FENECT (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telegráficos) objetivava a denúncia da privatização. A direção da Federação levou representantes para a Câmara dos Deputados junto a outros sindicatos do funcionalismo para denunciar a privatização de várias estatais.

No mesmo dia, a FENECT também realizou a reunião do Fórum de Trabalho Federal, com a presença de

Corrente Proletária da Educação, SP

A Corrente Proletária faz campanha pela derrubada do PL 18, da reforma da Previdência de Doria/ Meirelles/Ros-sieli. Critica os sindicatos dos servidores por não convo-carem assembleias unificadas e não se colocarem por uma greve unitária. Denuncia a política de submeter a luta ao jogo da Assembleia Legislativa. *“A Corrente Proletária defende a transformação do ato em assembleia. Que se aprove um chamado a todo o funcionalismo para uma assembleia unificada imediata-mente. Que se organizem os comandos visando à paralisação do funcionalismo”*. No mesmo boletim, coloca a necessidade da greve nacional do funcionalismo para combater a ofensiva antipopular e antinacional de *“Bolsonaro/Guedes, governado-res e prefeitos, que cumprem a exigência do capital financeiro de impor as contrarreformas e o plano de privatizações”*. O boletim mostra como estão unidos contra os trabalhadores Camilo Santana (PT-Ceará), Rui Costa (PT-Bahia), Fátima Bezerra (PT-RN), Flávio Dino (PCdoB-Maranhão), Doria (PSDB-SP) e demais governadores do PMDB, DEM, etc. ■



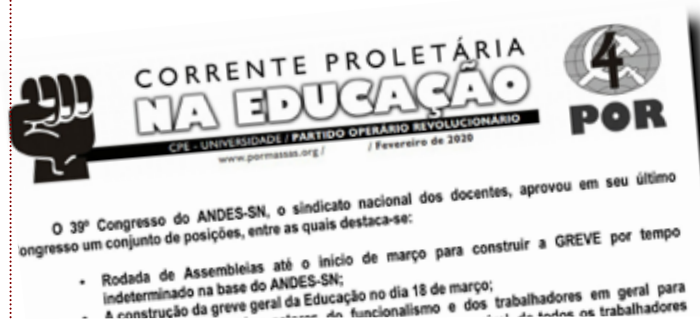
Corrente Proletária Poder Estudantil, Ceará



O boletim faz campanha contra a farsa da consulta para Reitor da UECE, e formação da lista tríptica com candida-tos mais votados, a ser enviada para a escolha do governa-dor. Mostra que essa farsa interessa à burocracia universi-tária. Defende uma universidade que esteja sob o controle de quem estuda e trabalha. Para isso, levanta as seguintes bandeiras: Pelo fim do reitorado; nem 70-15-15, nem pari-dade, pelo voto universal já; eleição de um governo univer-sitário tripartite (estudantes, professores e servidores); pela soberania da assembleia geral universitária. Nesse mesmo boletim, é denunciada a reforma da Previdência de Camilo Santana. Denuncia mais uma traição do PT. ■

Campanhas do POR

Corrente Proletária da Educação, Rondônia



O boletim divulga as principais decisões do 39º Con-gresso do Andes-SN. Faz a campanha por assembleias para *“construir a greve por tempo indeterminado; construir a greve geral da educação em 18 de março; unir com amplos setores do funcionalismo e dos trabalhadores em geral, para construir uma greve unificada do funcionalismo e de todos os trabalhadores do país”*. Está colocada a luta coletiva contra o *“Plano Mais Bra-sil”*, a *“PEC Emergencial”*, o *“Future-se”*, e a dilapidação das riquezas nacionais (Eletrobras, Correios, Petrobrás). O boletim ainda faz campanha pela quebra do isolamento da greve dos petroleiros. ■

Poder Estudantil – Boletim da Corrente Proletária Secundarista, Ceará

O boletim faz uma saudação à volta dos estudantes às aulas. Assinala que os estudantes têm mais um ano de luta pela frente. Ao lado da reivindicação das condições de estu-do (merenda, quadra, etc.), coloca a necessidade de a juven-tude enfrentar o desemprego. Refere-se à entrega do novo prédio da escola, depois de seis anos. A Corrente Proletá-ria Estudantil fez campanha pela entrega do novo prédio. Mostra a importância de se ter um grêmio independente. Denuncia a sua direção atual de ter sido contra pressionar a SEDUC a entregar o prédio novo. O atraso na entrega se de-veu, em parte, ao imobilismo do grêmio. Trata-se de consti-tuir uma direção que não se submeta à direção da escola e à política da Secretaria da Educação. ■



Mais um ano letivo se inicia. Nós, da Corrente Proletária Secundarista, damos as boas-vindas aos estudantes novatos, tanto os que cursarão o 1º ano, quanto aos transferidos de outras escolas para as demais séries. Nossas boas-vindas também aos veteranos que retornam depois das férias. Nossa escola agora está em novo prédio, mas nem por isso, os problemas na educação acabaram. A luta por merenda de qualidade, pela quadra, por emprego à juventude e por uma escola sob controle de quem estuda e trabalha continua! Sejam bem-vindos e vamos à luta! Organizem-se na Corrente Proletária Secundarista!

Greve dos Correios está marcada

Os trabalhadores dos Correios marcaram o início da greve para o dia 3 de março, a partir das 22 horas. Lutam contra o aumento abusivo do valor dos planos de saúde, a privatização da estatal, e exigem aumento salarial e melhores condições de trabalho.

Os Correios fazem parte da lista de 17 empresas estatais que estão na mira do governo Bolsonaro/Guedes para serem privatizadas. A Casa da Moeda e a Dataprev decretaram greve em fevereiro, pela defesa dos empregos. No caso da Dataprev, houve acordo com o governo de barrar as demissões, por tempo determinado. Alguns trabalhadores serão reutilizados no INSS e em outros setores. Além disso, há a proposta de adesão

ao Programa de Adequação de Quadro (PAQ). No entanto, o governo mantém o fechamento das unidades para a privatização. De acordo com o sindicato, o próximo setor a sofrer demissões é o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), com fechamento de suas unidades.

Diante desse quadro de desmonte dos serviços públicos, as centrais estão obrigadas a convocar uma greve geral. Não podemos permitir que as direções sindicais enterrem o movimento, ou façam acordos que só favorecem os capitalistas, a exemplo do que ocorreu com a greve dos petroleiros. Que os sindicatos e centrais convoquem assembleias e organizem imediatamente a greve geral. Chega de corporativismo! Chega de passividade!

RJ - Contra as demissões e redução dos salários dos Supermercados Guanabara e Extra

Após anunciar aos trabalhadores que não abriria mais aos domingos (a partir de 19 de janeiro), a rede de supermercados Guanabara informou que pretende demitir de 3.500 a 4 mil funcionários, nos próximos meses. Como se isso já não bastasse, a empresa cortou dos contracheques o adicional de 100% dos feriados e domingos, sem dar nenhum aviso, pegando de surpresa o trabalhador, que contava com o adicional para complementar a mísera renda. O supermercado apresentou também, em negociação com o Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, a intenção de implementar jornada 12x36, banco de horas e contrato por jornada intermitente. Outras redes têm dado sinais de que não pre-

tendem funcionar mais aos domingos, e de que fecharão algumas lojas, como o "Extra", que fechará a loja de Santa Cruz na zona oeste da cidade, indicando que mais demissões em massa estão por vir.

O sindicato diz buscar alternativas, com o objetivo de manter os empregos e preservar as garantias da convenção coletiva sobre a jornada de trabalho. Ao invés de organizar os trabalhadores e convocar assembleias, a direção continua com as negociações com o patrão. A direção continua aguardando uma "proposta concreta" do Guanabara. A experiência já mostrou que: negociação sem luta direta é derrota para os trabalhadores.

Vale lembrar que as demissões e

cortes de direitos fazem parte do conjunto de ataques implantados por Temer e aprofundados por Bolsonaro. O fim da obrigatoriedade do adicional de 100% para feriados e domingos na categoria foi decretado em 2017, pelo governo golpista. É preciso abandonar o caminho da conciliação com o patronato e lutar urgentemente em defesa dos empregos, salários e condição de vida dos explorados, pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, por meio dos métodos próprios de luta de classes. Somente a mobilização das centrais e sindicatos, com atos, greves, ocupações, se poderá impedir mais derrotas e barrar a política ultraneoliberal de Bolsonaro/Guedes.

DERRUBAR A REFORMA TRABALHISTA E A MP 905

Através da MP 905, o governo federal pretende flexibilizar os contratos de trabalho. Conhecida como a Medida Provisória da Carteira Verde e Amarela, a MP 905 quer estender para os trabalhadores acima de 55 anos, que estiverem há pelo menos um ano sem contrato formal, os critérios de precarização de contrato de trabalho.

Lançada, inicialmente, para os jovens entre 18 e 29 anos, que buscam o primeiro emprego, agora será estendida. Os principais pontos da MP são: permite contratação sem as garantias da CLT e sem convenção coletiva; o parcelamento em até 12 meses das férias e do saldo do FGTS; redução do adicional de periculosidade de 30% para 5%; isenção da contribuição previdenciária de 20% para os patrões; deixa de considerar como

acidente de trabalho os acidentes de percurso entre a casa e o trabalho. Mais ainda: os patrões só poderão contratar com prazo predeterminado.

Os efeitos da reforma trabalhista de Temer estão sendo aprofundados no governo de Bolsonaro/Guedes. Os trabalhadores estão perdendo a cada dia seus direitos básicos. Serão mais explorados, e não terão nenhuma garantia de assistência médica e previdenciária. Enquanto os trabalhadores estão sendo massacrados pelos patrões e seus governos, impera o mais absoluto silêncio das direções sindicais. É preciso exigir das direções burocratizadas que saiam do denunciamento vazio, e organizem os trabalhadores nas ruas para pôr abaixo a reforma trabalhista e a MP 905.

Continua a greve dos professores em Minas Gerais

Os professores da rede estadual de Minas Gerais aprovaram a continuidade da greve, no dia 20 de fevereiro. Em luta desde o dia 11 de fevereiro, reivindicam do governador Romeu Zema (Novo) o cumprimento do Piso Salarial Nacional, a manutenção dos empregos e das condições de trabalho. É bom lembrar que o Piso Salarial Nacional, de janeiro de 2020, é de R\$ 2.886,74, portanto, reivindicam um reajuste de 12,84%. A greve também ocorre em função dos atrasos dos salários. O governador ainda deve salário a 30% da categoria e, inclusive, o 13º salário.

Como se pode perceber, os governos estão arrochando o salário de todos os trabalhadores. No caso da educação, o sa-

lário é baixo, e as condições de trabalho são péssimas. Não há aumento salarial, mas há descontos constantes. Em São Paulo, por exemplo, o governador Doria/PSDB quer aumentar a alíquota da Previdência para 14%. Outros estados também já promoveram a reforma da Previdência, em consonância com a reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes.

Os grevistas de Minas Gerais e os milhares de professores do País não podem se submeter a um calendário pré-fixado pelas direções burocráticas. Essas direções, na realidade, acabam esperando as greves e movimentos se esgotarem, quando marcam a paralisação somente para 18 de março. A luta é agora!

Manifesto

Corrente Proletária na Educação

Organizar o funcionalismo e demais trabalhadores para pôr abaixo as medidas de destruição do serviço público, a educação e as condições de vida em geral

Aos delegados e participantes da 162ª Plenária Nacional do Sinasefe

O ano de 2020 iniciou com um duro ataque à educação, com redução do já escasso orçamento aprovado, de R\$ 74,6 bilhões, para R\$ 71,9 bilhões, ou seja, R\$ 2,7 bilhões a menos. Tem o objetivo de reduzir os custos da folha de pagamento, atacando direitos, que terá como consequência prática a redução de salários dos servidores. Como consequência, a reitoria da UFPR imediatamente divulgou uma circular, suspendendo por tempo indeterminado a implantação em folha de pagamento de: progressão de qualquer natureza; promoção; aceleração da promoção; retribuição por titulação, incentivo à qualificação; RSC; gratificação por encargos de curso e concurso; adicional noturno; horas extras; adicional de insalubridade (inclusão de novas); adicional de periculosidade (inclusão de novas); substituições de chefia; novas solicitações de auxílio transporte; indenização de férias, rescisão e aposentadoria; novas solicitações de ressarcimento à saúde; auxílio natalidade; pré-escolar; bancas e processos similares que resultem em despesas novas. A retirada desses itens significará um ataque maior que o prevista no Plano Mais Brasil, que prevê redução de 25% do salário. O governo Bolsonaro/Guedes, após a aprovação da reforma da Previdência, está se sentindo confiante para avançar nos ataques aos direitos e destruição das instituições públicas de ensino.

O ano de 2019 foi muito duro para os trabalhadores em geral e, em especial, aos trabalhadores da educação, que tiveram que enfrentar um governo militarista, ultraliberal e fascistizante, a reforma da Previdência, os cortes na educação, o Future-se, a militarização das escolas, etc. As greves da educação de 15

e 30 de maio, a greve geral de 14 de junho e a paralisação de 13 de agosto, foram importantes para se colocar em choque com o governo de Bolsonaro. Contudo, o ano de 2020 não chegou com uma perspectiva melhor para os servidores públicos. Os governos dos estados e federal aprofundam os ataques à educação pública. A MP 914 desmonta a já parca autonomia das instituições federais de ensino (IFEs). O decreto 10185/2019, que extingue 27.611 cargos efetivos do quadro de pessoal das IFEs, e proíbe a realização de concursos públicos destinados a vários cargos das Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), a reforma administrativa, reforma sindical, PEC emergencial etc., são os principais desafios que teremos de enfrentar nesse ano que se inicia.

A Plenária Nacional do Sinasefe (PLENA) deve servir de apoio aos trabalhadores para organizar a luta contra estas medidas de destruição da educação, e pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Deve servir para organizar a greve geral da educação do dia 18 de março, como parte da greve geral por tempo indeterminado em todos os setores.

Passados mais de dois anos da aprovação da maldita reforma trabalhista, com a falácia da criação de empregos, vemos a destruição cada vez maior de uma parte dos postos de trabalho, e migração cada vez maior de “trabalhos CLT”, por trabalhos precarizados, informais e intermitentes. A lei de terceirização, também aprovada no governo Temer, completa o quadro de destruição das forças produtivas do país. O imenso exército de reserva dos desempregados, o rebaixamento salarial geral, e a miserável situação da juventude atestam esta afirmação.

Por outro lado, as centrais sindicais formaram uma frente burocrática para se contrapor aos ataques dos governos, em 2017, na greve geral contra a reforma trabalhista, e em 2019,

na greve geral contra a reforma da Previdência. O resultado todos sabemos: as centrais traíram o movimento, e desmontaram a greve que podia sim colocar abaixo estas duas reformas draconianas. Se não conseguimos, não foi por falta de disposição de luta dos explorados. Em 2017, saímos às ruas, paramos as fábricas, fechamos rodovias, etc. Em 2019, os massivos atos dos dias 15 e 30 de maio, mostraram a disposição de luta das massas. Mas, a realidade mostrou que as direções estão aquém de suas bases. Assim, o movimento operário e dos demais trabalhadores amargaram duas profundas derrotas.

Este balanço, feito pelo POR em seus materiais, desde 2019, não se pretende derrotista ou imobilista, pelo contrário, serve para tirar as lições e avançar na luta deste ano.

A Diretoria Nacional (DN) enviou para as seções a recomendação de discutir a bandeira de “Fora Weintraub”, mostrando que segue repetindo os erros do ano passado. Na seção SP, mostramos que não são as bandeiras de “Fora Temer/Bolsonaro/Velez/Weintraub” que mobilizam as massas para a luta, muito menos que derrubam governos. O “Fora Velez” nos trouxe o Weintraub e o “Fora Temer”, por mais propagandeada que tenha sido, não foi capaz de derrubar um governo com a pífia aprovação de 5%. Pelo contrário, mostramos na assembleia que o correto é atacar as bases materiais dos governos, ou seja, suas políticas antinacionais e antipopulares. Desta forma, a assembleia aprovou, no lugar do “Fora Weintraub” da DN, a bandeira: “Fora a política de destruição da educação de Bolsonaro:

- **Abaixo o Future-se!**
- **Abaixo a MP 914!**
- **Fim de todos os cortes!**
- **Fim da militarização!**
- **Revogação das contrarreformas trabalhistas e previdenciária!”**

É preciso abandonar as saídas formais dadas pela frente burocrática das centrais, encabeçada pela CUT e FORÇA, que têm como limite o Congresso Nacional. A mobilização geral dos trabalhadores dos diversos setores e a greve geral vão necessariamente se chocar com o Congresso. É aí que reside a força dos trabalhadores, na sua independência política frente aos governos, partidos burgueses e a própria burguesia.

Por outro lado, é preciso rechaçar também a via eleitoral

como forma de resolver nossos problemas. Este ano, teremos eleições, e os partidos reformistas já começam a preparar suas campanhas e suas retóricas vazias. Dirão para os explorados que a solução está no candidato A ou B. Esta via só nos tem levado para o buraco. É preciso aprender com nossos irmãos trabalhadores do Chile, Colômbia, França, etc., que se levantaram contra os governos e suas medidas de austeridade, contra a reforma da Previdência e contra o aumento do custo de vida

A mobilização geral dos trabalhadores dos diversos setores e a greve geral vão necessariamente se chocar com o Congresso. É aí que reside a força dos trabalhadores, na sua independência política frente aos governos, partidos burgueses e a própria burguesia.

geral. A situação que eles enfrentam é a mesma que enfrentamos, sendo assim, a forma organizativa também deve ser a mesma: mobilização massiva, greve geral por tempo indeterminado, e nenhuma confiança nos governos e no patronato.

Desta forma, o POR levanta uma plataforma de reivindicações que deve ser aprovada pela PLENA e debatida nas seções sindicais em todo país:

1. Retomar a propaganda e agitação da Greve Geral, a partir da construção da greve na educação. Greve geral por tempo indeterminado para revogar as reformas trabalhista, previdenciária, lei de terceirização e defender os empregos e salários.
2. Pela constituição de assembleias gerais nos IFs, soberanas, deliberativas e com voto universal, para organizar a luta contra os ataques dos governos através da greve.
3. Unir o funcionalismo por meio de comitês de base e assembleias democráticas, para derrubar a PEC Emergencial.
4. Contra a terceirização, efetivar todos os terceirizados com os mesmos direitos e salários dos demais trabalhadores.
5. Contra a quebra do funcionalismo, defender a estabilidade para todos os trabalhadores.
6. Formação de uma Frente Única Anti-imperialista, para combater a desnacionalização e entrega da riqueza nacional: contra a privatização da Petrobras, Eletrobrás, Embraer, Correios, bancos públicos, saúde, educação e a entrega da base de Alcântara aos EUA.
7. Independência política dos explorados frente aos governos e patrões. Precisamos tomar a resolução de nossos problemas em nossas mãos, vincular a defesa das necessidades mais sentidas dos trabalhadores e desempregados às tarefas históricas do proletariado, a revolução social, proletária, que dará lugar a um governo operário e camponês!



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.



Rio Grande do Norte

Abaixo a Reforma da Previdência de Fátima (PT)!

No dia 31 de janeiro, o governo estadual de Fátima Bezerra (PT-RN) apresentou a proposta de reforma previdenciária do estado. A semelhança com a draconiana reforma de Bolsonaro/Guedes salta aos olhos dos servidores, mas o governo joga com a farsa da “negociação”. Na verdade, trata-se das negociatas com a burocracia dos servidores estaduais, em que faz um favor ao governo, ao restringir a reivindicação de diminuição das alíquotas, em vez de lutar efetivamente pela derrubada da reforma.

Até agora, as principais direções sindicais, que compõem o Fórum, ainda não convocaram suas bases para organizar a luta, por meio das assembleias, plenárias abertas e democráticas. Ao contrário, de forma burocrática, o Fórum dos servidores convocou a categoria para uma “greve” nos dias 03 e 04 de fevereiro, mais pela pressão das bases, do que pela vontade de lutar contra a reforma, e, logo em seguida, desmontou toda a encenação, fechando-se em reuniões burocráticas.

O governo Fátima utiliza o argumento da crise financeira, o mesmo usado pela unidade burguesa nacional, para tentar enganar os explorados. Aponta um déficit de R\$ 1,5 bilhão, e ainda avisa que, mesmo assim, não será suficiente. A mudança na idade mínima irá, de 55 anos, para 62 anos, para as mulheres, e, de 60 anos, para 65, para os homens. Já o tempo de contribuição será de 25 anos para ambos. A pensão por morte é exatamente igual à da reforma de Bolsonaro, que diminui para 50%, acrescido de 10% por dependente. Além disso, o cálculo da média aritmética do valor a se aposentar, em vez de serem os 80% maiores salários ao longo da vida de trabalho do servidor, passará a ser, de forma escalonada, os 90% maiores salários, o que reduzirá mais ainda os proventos.

O ponto mais nefasto da reforma é o desconto dos inativos, que ganham a partir de R\$ 2.500. Passarão a ter seus proventos descontados, de uma hora para a outra, sendo que, hoje, são isentos os que ganham até o teto do INSS, de R\$ 6.032,73. É sabido que mais de 10 milhões de aposentados em todo o Brasil sustentam toda sua família, principalmente as mulheres arrimo de família, que têm de sustentar os filhos e netos, pois, estes ar-

cam com o desemprego e subemprego. Não bastasse tal situação, a reforma da Previdência de Fátima aparece para tomar ainda mais os parcos proventos da maioria dos inativos. Já para os da ativa, terão alíquotas progressivas, de 12% até 18,5%.

O governo de Fátima é do Partido dos Trabalhadores, um partido que há muito tempo se aburguesou. Necessariamente, teve de fazer alianças com o mundo e o fundo da burguesia nacional e regional, portanto, submete-se, não só à política oligárquica do estado, mas também às diretrizes do imperialismo. Está aí o porquê de a governadora petista desferir um duro golpe aos servidores, semelhante à reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes. Nas condições de crise econômica do capitalismo mundial, a margem de manobra da política de conciliação de classes do reformismo, cujo objetivo é conter a revolta dos explorados, tende a diminuir.

O que antes era possível, escamotear o conteúdo de classe do reformismo, com as chamadas “políticas afirmativas” e de “desenvolvimento sustentável”, hoje, até mesmo tais migalhas já não são mais levadas em conta. Com a mão esquerda, ergue os discursos “progressistas”, mas, com a mão direita, desfere duros golpes contra os explorados.

O que antes era possível, escamotear o conteúdo de classe do reformismo, com as chamadas “políticas afirmativas” e de “desenvolvimento sustentável”, hoje, até mesmo tais migalhas já não são mais levadas em conta. Com a mão esquerda, ergue os discursos “progressistas”, mas, com a mão direita, desfere duros golpes contra os explorados. Junto com a direitização da burguesia, o reformismo também é obrigado a se movimentar mais à direita, não só nas diretrizes econômicas, mas também no recrudescimento da repressão policial contra os servidores, a exemplo da política do governador Ca-

milo Santana, no Ceará, que reprimiu violentamente os servidores contrários à reforma previdenciária daquele estado.

No caso do governo Fátima, ainda não chegou a acionar essa opção, apesar de haver a presença ostensiva da polícia cercando a Assembleia Legislativa, como forma intimidadora contra os trabalhadores. Na realidade, o governo sente-se no controle político de aplicação dos ataques, pois, as direções sindicais vacilam em não organizar os trabalhadores, por meio de assembleias de base, para que se discutam e se decidam os meios pelos quais derrotaremos a criminoso reforma da Previdência estadual. Não basta chamar atos decididos sem a base, de cima para baixo. É necessário retomar a democracia operária, para que se decida como a luta de ser feita, para derrubar a o ataque de Fátima, assim como foi possível derrotar os ataques do governo anterior de Robinson Faria. As condições objetivas apontam para a unidade com as demais categorias do funcionalismo, bem como com a juventude oprimida pelo desemprego e pelos ataques dos governos.

Nada de negociatas, derrotar a Reforma nas ruas, com a Greve Geral do funcionalismo!



Plenária unificada dos servidores públicos

Rejeitar o imobilismo das direções sindicais

Inicialmente, seria no sindicato dos Engenheiros, mas ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo. Essa repentina mudança de lugar foi por causa da votação da reforma da Previdência do estado. A plenária ocorre no momento de greves em outras categorias, como a greve dos petroleiros, desde o início de fevereiro, enfrentando as demissões, fechamento de fábrica e privatização da Petrobras. No entanto, a plenária tinha um único objetivo: discutir o ato do dia 18 de março do funcionalismo.

O Partido Operário Revolucionário distribuiu uma carta às centrais, em que exigia o fortalecimento da greve dos petroleiros, por meio de atos, manifestações de rua e paralisações. Portanto, que a solidariedade deixasse de ser em palavras, e passasse a ser de fato. Que os sindicatos, assim, convocassem as assembleias. No entanto, a plenária estava sob o controle dos burocratas, que re-

chaçavam toda proposta que visava à unidade real do funcionalismo com os petroleiros. Como se vê, são direções que não moverão uma palha em favor da unidade, da independência de classe, da luta para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de Bolsonaro/Guedes.

Diante da votação da reforma da Previdência de Doria, essas direções apostam na tal pressão parlamentar. Querem que o funcionalismo acredite que, por essa via, é possível derrotar a reforma. Pretendem limitar o movimento aos atos na Assembleia Legislativa. Recusam-se a convocar as assembleias gerais do funcionalismo. E não estão dispostos a organizar a greve dos servidores. Esse caminho é o da derrota. Foi assim com as reformas trabalhista e previdenciária. E foi assim que Doria conseguiu aprovar em 1º turno a reforma da Previdência.

Para que serviu a plenária no SINTRAJUD

No dia 8 de fevereiro, o Fórum dos trabalhadores do setor público de São Paulo realizou uma plenária, que contou com 14 entidades. O objetivo era o de preparar o “Dia Nacional”, em 18 de março. O Fórum convidou como palestrante o Plínio de Arruda Sampaio Junior, que se limitou a denunciar as reformas de Temer e Bolsonaro, o avanço da terceirização e os ataques ao funcionalismo público. E, de-

magogicamente, mostrou a importância dos movimentos sociais nas ruas. Diante da conjuntura marcada de profundos ataques às condições de vida das massas, o senhor Plínio se dizia convicto da necessidade de um programa para dar respostas aos governos. Qual é o programa a que o senhor Plínio se refere? Certamente, é o programa eleitoral reformista.

O programa da classe operária é en-

carnado pelo POR. E tem como estratégia a revolução proletária, para pôr fim ao capitalismo e edificar a sociedade socialista. Esse programa, os reformistas rechaçam.

Por fim, a plenária concluiu que o funcionalismo fará manifestações no dia 18 de março. Antes disso, a política é a dos atos na Assembleia Legislativa, no momento de votação da reforma da Previdência.

Fortaleza / Balanço da campanha salarial dos professores municipais

A campanha salarial foi concluída com um acordo entre a direção do Sindiute (PT) e a prefeitura de Fortaleza, para que o piso fosse pago em setembro, e sem retroativo a janeiro.

Os professores da rede municipal haviam realizado assembleia, no dia 27/01, para discutir o reajuste, conforme o valor do piso nacional em 12,84% (portaria do MEC nº 03, de 13/12/19). A assembleia da ETI Filgueiras Lima aprovou indicativo de greve para dia 05, em caso de não cumprimento da lei, pelo prefeito Roberto Claudio (PDT). Um ato massivo no Paço Municipal, que contou com 5 mil professores, foi realizado na manhã do dia 05/02, aprovado como dia de paralisação geral. Na mesma tarde, houve negociação entre representantes sindicais e a prefeitura.

A assembleia foi convocada para o dia seguinte, 06/02, na Câmara Municipal, para discutir as três propostas apresentadas pelo prefeito. O debate se centrou na terceira proposta: pagar os 12,84% integrais apenas em setembro de 2020. A prefeitura, que já havia pago 3% na folha de janeiro, se comprometeria a aprovar mais 1,31% de reajuste na folha de fevereiro (e retroativo a janeiro), e o complemento de 8,17% na folha de setembro, a ser paga em 1º de outubro. Caberia à assembleia decidir se aceitava a proposta do prefeito, ou se rejeitava e deflagrava o início da greve. A direção do Sindiute defendeu com unhas e dentes a proposta apresentada pela Prefeitura; apelou para o terrorismo de que, se entrássemos em greve, a prefeitura retiraria a proposta e teríamos reajuste zero, como no ano de 2017.

Apresentou a promessa de que seria possível conseguir o retroativo do complemento salarial de 8,17%, ingressando na justiça; tal como se havia feito com o reajuste não dado em 2017 (não pago aos professores até hoje!).

A Corrente Proletária na Educação/POR, defendeu a rejeição à proposta da Prefeitura. Explicou que esta significava receber o reajuste apenas no final do ano; que a categoria deveria lutar por um reajuste elevado, uma vez que, após o ano eleitoral, a prefeitura importaria arrocho sobre os salários; que o reajuste não incidiria sobre o 13º em sua integralidade, mas apenas sobre os 60% pagos em dezembro, assim como não teria nenhum efeito sobre o abono de férias de julho. Explicou que, se em apenas uma mobilização o magistério municipal conseguiu arrancar uma proposta da prefeitura, a greve teria condições de arrancar mais, já que havia disposição de luta. A direção do Sindicato, que não se submete à democracia sindical e usufrui de tempo ilimitado contra apenas 2 minutos de fala da oposição, redobrou os ataques à oposição, o clima de terror e, assim, assegurou ampla maioria de votos para a proposta da prefeitura.

Uma parte da categoria que rejeitou o acordo, acusou a direção de estar em conluio com Roberto Cláudio. A experiência tem ajudando uma parcela desta a ver a lua-de-mel da direção petista com a gestão dos Ferreira Gomes. Resta a luta pela unidade da oposição, a constituição de uma direção classista, que luta contra a colaboração de classes, e a preparação para as eleições sindicais, no segundo semestre.

É PRECISO ELEGER DELEGADOS CLASSISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PARA O CONUBES!

Entre os dias 30/04 e 03/05 será realizado, em Brasília, o 43º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Antes disso, porém, está colocada a tarefa de eleger os delegados em cada escola, no país inteiro. Cabe determinar as tarefas políticas fundamentais exigidas pela situação concreta da juventude, bem como as tarefas organizativas ligadas à própria entidade, conectando todas essas questões às necessidades históricas mais gerais, que correspondem à época em que vivemos, de decomposição capitalista.

A juventude diante da agudização da luta de classes

Esta edição do CONUBES acontecerá num momento de muitos ataques dos governos sobre a juventude oprimida e os trabalhadores. As principais derrotas sofridas pelos explorados foram, sem dúvida, as reformas trabalhista e da Previdência. A juventude, que já tem padecido com o desemprego, precarização, miséria e violência, se vê obrigada a enfrentar um futuro ainda mais sombrio, sem direito à aposentadoria e sem a proteção da legislação trabalhista.

Ao mesmo tempo, o CONUBES se realizará em um momento em que as massas têm respondido aos ataques a suas condições de vida e estudo, com levantes radicalizados em várias partes do mundo, como no Chile, Colômbia, França, Líbano e outros países. No Brasil, vale ressaltar a importância da heroica greve dos petroleiros. Em toda parte, lutam contra a destruição de direitos, e em defesa dos empregos e salários. Saem às ruas em manifestações, com milhares de pessoas, colocando em xeque a política ditada pelos banqueiros nacionais e internacionais, que é a de intensificar o máximo possível a exploração sobre os trabalhadores, e ampliar o saque das riquezas naturais, especialmente dos países de capitalismo atrasado.

Assimilar a experiência das lutas secundaristas do último período

Não podemos esquecer ainda que a juventude oprimida de nosso país tem demonstrado grande disposição de combater por seus direitos e defender suas condições de estudo, recorrendo aos métodos da ação direta, e criando os embriões de organismos capazes de unificar sua luta (assembleias e comandos), como aconteceu nas ocupações de escolas por todo o país, em 2015 e 2016.

Essa luta também pôs à luz-do-dia, porém, a necessidade de superar as direções estudantis nacionais, que se constituíram em um sério obstáculo para que o ascenso das lutas se refletisse em um amplo processo de construção de grêmios combativos. Ou seja, assinalou a importância de constituir uma direção política forjada na luta, firmada em princípios classistas consequentes, e organizada sob um programa revolucionário.

Combater a burocratização da UBES

O Congresso tem a obrigação de organizar o movimento estudantil para a luta em defesa das suas reivindicações. A juventude não pode admitir qualquer desvio em relação a esse objetivo. Seu dever é enfrentar o avanço da barbárie capitalista.

Para isso, o CONUBES precisa aprovar um plano de lutas, que leve em conta as necessidades elementares dos oprimidos e aponte o método da ação direta, com independência de classe.

Ocorre, no entanto, que tem prevalecido um caráter festivo e despolitizado nas instâncias da UBES. O seu Congresso, que costuma reunir milhares de estudantes de todas as regiões do país, tem servido de palanque eleitoral e de apoio à política de conciliação de classes. Diante dos principais ataques sofridos pela juventude, a direção da entidade tem indicado a via parlamentar e institucional como saída política, alimentando ilusões na democracia burguesa, ao invés de defender a luta massiva nas ruas.

Está aí o principal obstáculo a ser encarado pelos estudantes nesse 43º CONUBES. As duas derrotas e as duas traições, as greves de 28 de abril de 2017 e 14 de junho de 2019, demonstraram fartamente que essa política favorece tão somente à burguesia, e fortalece o aparelho burocrático e repressivo nas instituições educativas.

Com qual programa participar do processo de eleição de delegados?

A **Corrente Proletária Secundarista** coloca a importância de constituir uma fração oposicionista no interior da UBES, com um programa classista e revolucionário, cimentada nos métodos da ação direta de massas. Esse trabalho, que passa pela defesa dos grêmios livres, exige agora que se elejam representantes de luta em cada escola, estudantes que estejam de acordo com a necessidade de enfrentar a ofensiva reacionária da burguesia e seus governos sobre o conjunto dos explorados.

Convidamos os companheiros e companheiras a discutir esse programa, tomando como ponto de partida os seguintes pontos:

- 1) *Em defesa dos empregos, salários e direitos! Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social! Abaixo as contrarreformas trabalhista e previdenciária! Revogação de todas as medidas antinacionais e antioperárias;*
- 2) *Por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, científico, para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha;*
- 3) *Pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino;*
- 4) *Que o Estado forneça as condições necessárias para o pleno funcionamento das escolas e universidades. Financiamento integral público para a Educação. Abaixo a política de precarização, privatização e terceirização. Incorporação imediata de todos contratados/terceirizados ao quadro de efetivos.*
- 5) *Nenhuma ingerência sobre as entidades estudantis! Pela construção dos grêmios livres em cada escola. Abaixo a burocratização dos organismos gerais dos estudantes, como a UBES e a UNE;*
- 6) *Erguer a luta massiva e unitária da juventude contra a barbárie capitalista, partindo das reivindicações elementares e fazendo a ponte entre estas e o programa geral de expropriação revolucionária do capital, pela via da revolução e ditadura proletárias. Em defesa do socialismo.*

“PPI – concessão das Florestas”: parte da privatização e entrega das riquezas nacionais

Um ciclo de governos privatistas

Agora, em 19 de fevereiro de 2020, o governo federal incluiu a “concessão” de três florestas do Amazonas (a de Humaitá, Iquiri e Castanho) como prioridades no PPI, com a ideia do “manejo sustentável” de áreas de 310 mil hectares (Humaitá), 883 mil hectares (Iquiri) e 120 mil hectares (Castanho). Do que se trata exatamente o PPI, que pode incluir a “desestatização” da Casa da Moeda, a privatização da Eletrobras, a concessão de portos e aeroportos, e agora a “concessão” de parques e “florestas”? É mais uma medida no interior de um governo ultradireitista, aliado de forma aberta ao capital financeiro e ao imperialismo. Mas, lembramos que se trata de uma política privatista que, desde o governo Collor, passando por FHC, Lula, Dilma e Temer alcança agora a sua maior envergadura. É a política burguesa para os países atrasados. Entrega das riquezas naturais, privatização dos setores públicos e saque dos orçamentos, por meio das dívidas públicas internas e externa.

Histórico dos Programas de Privatização.

Em 13 de setembro de 2016, já no governo golpista de Michel Temer, aprova-se a lei 13.334, que instituía o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), cujo objetivo expresso era o de “ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização”.

A medida, no entanto, não é fruto apenas do golpe de 2016. A lei, na verdade, nasceu da Medida Provisória 727, de 12 de maio de 2016, da então presidente Dilma Rousseff, que criava pela primeira vez o PPI, o qual, por sua vez, não criava algo de absoluto novo na legislação privatista, apenas regulava leis anteriores (a lei 9.491, de 1997 e a lei 8.031, de 1990 – as quais criaram o “Programa Nacio-

nal de Desestatização”), dando-lhes roupagem mais “moderna”.

Por meio das leis anteriores (PND) e do atual PPI, foi possível privatizar dezenas de empresas estatais, entregar riquezas naturais e ampliar os pagamentos dos juros das Dívidas públicas. O Plano de Collor era privatizar 68 estatais, conseguiu, em seu curto mandato, privatizar 18. Entre as empresas vendidas, estava uma das mais lucrativas do país no início dos anos 1990, a Usiminas,

ferroviária existente no país, que acabou quase por completo o transporte de longa distância de passageiros. Além disso, abriu-se a possibilidade de vender grandes empresas estatais da área de energia, como Cemig, Cerj e Cesp.

A “fatura” no final do governo FHC foi de cerca de 79 bilhões de reais, arrecadados com as privatizações, enquanto a Dívida pública brasileira saltou de R\$ 60 bilhões, em 1994, para R\$ 245 bilhões, em fins de 1998.

É a política burguesa para os países atrasados. Entrega das riquezas naturais, privatização dos setores públicos e saque dos orçamentos, por meio ddívidas públicas interna e externa (...)

que fazia parte do complexo de siderúrgicas que o país possuía desde os anos 1970 (Siderbrás). O grupo Gerdau comprou a preço de banana a Usiminas, que fechou, por exemplo, o ano de 2019 com lucro líquido de 377 milhões de reais. Com a queda de Collor, Itamar Franco manteve o PND, vendendo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a maior empresa siderúrgica do Brasil e da América Latina. Ainda no governo Itamar Franco, parte da Embraer, recentemente vendida para a Boeing, foi levada a leilão, e parte de suas ações foram compradas pelo Banco Bozano, então nacional, que foi vendido em 2000 para o poderoso grupo Santander.

Com o governo FHC, as comportas da privatização se abriram definitivamente, e a Companhia Vale do Rio Doce foi vendida para o grupo que comprara a CSN (Grupo Vicunha). “Milagrosamente” as duas empresas que apresentavam resultados negativos nos anos anteriores à privatização, começaram imediatamente a lucrar centenas de milhões nos anos posteriores. FHC e sua equipe venderam a Vale, a Embratel (comprada por empresa norte-americana), e quebraram o monopólio da Telebrás (Telerj e Telesp). Foram privatizados ainda o Banerj, o Banespa, e entregue completamente a rede

Nos dois mandatos de Lula, houve “concessão” de estradas federais (a exemplo de importantes rodovias, como as que ligam Minas e São Paulo, e Paraná e São Paulo), entrega de novas hidrelétricas (Jirau e Santo Antônio), e venda de novos bancos estaduais (Ceará, Maranhão).

A novidade do governo Lula foi ter “regulado” as privatizações e entregas, por meio da criação das chamadas “Parcerias Público-Privadas”, por exemplo, criando através do Decreto 5.385/05 um órgão responsável para gerir as PPPs federais, um Comitê Gestor (CGP), o que parecia dar mais “transparência” a todo processo privatista. Na verdade, o entreguismo se mantinha, mas sem os escândalos de favorecimento de grupos econômicos, como o foi no caso da compra da Vale, no governo FHC.

No governo Dilma, foram privatizados inicialmente os aeroportos de Guarulhos (o maior e mais importante do país), o de Viracopos e o de Brasília, abrindo caminho para o conjunto de privatizações no setor. Em 2013, foi leiloado o campo de Libra, considerado a maior descoberta de petróleo do país. A então presidenta afirmou que não se tratava de privatização, mas de “partilha”, já que o resultado da exploração retornará par-

cialmente ao governo. O fato é que era uma exigência do capital financeiro internacional, dos grandes monopólios do setor, que o governo abrisse mão dessa riqueza ainda incalculável, e o governo o fez sem pestanejar.

Com o golpe contra Dilma, Temer reaqueceu o discurso da ampla privatização. Chegou a anunciar 75 projetos de “desestatização” para 2018. Entre os planos, já aparecia a privatização da Casa da Moeda e da Eletrobras. Com a prioridade em torno das contrarreformas (e foram aprovadas a Reforma Trabalhista e a maior terceirização), o projeto ambicioso das privatizações foi deixado para o próximo governo.

O governo Bolsonaro, em 2019, transferiu o PPI da Casa Civil para o Ministério da Economia. Paulo Guedes, o ultraliberal, assumiu a presidência do Conselho do PPI, e aparece agora com a proposta de “concessão das florestas”, de “manejo empresarial”, como se esta proposta fosse uma excrescência dentro da política privatista dos sucessivos governos.

Como se vê, por esse histórico, não há um ponto fora da curva, há uma única trajetória da política imperialista para o país semicolonial que é o Brasil. Trajetória iniciada pelo governo Collor e jamais interrompida ou revertida por quaisquer um dos governos. Com ritmos e formas diferentes, o entreguismo foi mantido e o país saqueado, nos últimos 30 anos, por governos burgueses de diferentes matizes.

A defesa das Florestas e a política proletária

Não há informações precisas sobre como se dará a “concessão” dessas três florestas do Amazonas. Como relatou a

secretária da Reunião do Conselho do PPI: “Vamos nos debruçar sobre a legislação para ver até onde é possível abrir mais o setor para desenvolvê-lo em todo seu potencial”. Ou seja, verificar todas as brechas já existentes para entregar a Amazônia à mineração, à abertura de estradas e, sobretudo, ao desmatamento pelas madeireiras.

A ideia é realizar leilões por metros cúbicos (R\$/m³). A Floresta Nacional de Humaitá é uma área de conservação ambiental, supervisionada pelo ICMBio, com área aproximada de 468 mil hectares, dentro do município de Humaitá, no

Barrar a ofensiva privatista, a entrega das riquezas naturais, depende inevitavelmente de lutar com o proletariado brasileiro para derrotar o governo Bolsonaro em todas as frentes nacionais que se apresentam.

sul do Amazonas, bacia do Rio Madeira. Destes 468 mil, devem ser leiloados até 310 mil hectares para “manejo empresarial”. A Floresta de Iquiri, no município de Lábrea, também sul do Amazonas, deve ter até 883 mil hectares leiloados, com uma área total de 1,47 milhão de hectares. A estimativa, já anunciada em vários órgãos da imprensa, é que esta Floresta deve render 440 mil m³ de madeira em tora, por ano. Por último, a Floresta de Castanho, em Careiro, pode ter 120 mil hectares leiloados dos 165 mil existentes. A estimativa é de 60 mil m³ de madeira em tora, por ano.

Os contratos podem ser de até por 40 anos, e vão se iniciar pela Floresta Nacional de Humaitá, que é uma unidade de conservação, desde fevereiro de 1998, mas que, em 2018, já teve sua fiscalização praticamente anulada, com a Portaria n. 502, de 21 de maio, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que aprovava o “Plano de Manejo da Floresta Nacional de Humaitá”. Isto é, a unidade de conservação poderia entrar na legislação de outras áreas, sem todos os entraves que o sistema de licenciamento atual exige, abrindo espaço para o que denominam no “Plano de Manejo da Floresta” de “Zona de Manejo Florestal

Sustentável Empresarial”. O ICMBio é só um velho entrave que o governo está gradativamente alterando, para servir à política de destruição das florestas, e de entrega das riquezas naturais.

Diante desse quadro, é necessário colocar a política de entrega das florestas como parte da política mais geral do imperialismo para os países atrasados. Enquadrar o atual PPI como parte da desnacionalização e privatização de todas as riquezas e patrimônios nacionais.

Fora desta perspectiva mais ampla, a defesa abstrata da Floresta, da Amazônia, é parte de um discurso ecologista caduco (historicamente esgotado já nos anos 1990), e de uma política reformista inócua. Barrar a ofensiva privatista, a entrega das riquezas naturais, depende inevitavelmente de lutar com o proletariado brasileiro para derrotar o governo Bolsonaro em todas as frentes nacionais que se apresentam.

A greve dos funcionários da Casa da Moeda, do DataPrev, de trabalhadores da Educação de Minas Gerais e a poderosa greve dos petroleiros é o caminho pelo qual é possível iniciar a luta para defender os direitos, as estatais, os serviços públicos e as riquezas nacionais. O problema está justamente no isolamento das pautas, nas reivindicações elementares, que não se ligam à luta geral contra o governo e na luta contra o imperialismo, que determina a política de todos os governos. É necessário quebrar o isolamento, impedir a fragmentação e retomar a Greve Geral, agora por tempo indeterminado.

Os leilões das Florestas ocorrerão em 2020 e 2021, se as greves setoriais não se transformarem em greves gerais, em greves ativas, de mobilização, de protestos nas ruas, de bloqueios de avenidas e rodovias, de ocupação de prédios. Este é o caminho mais duro, mas é o único que se coloca à altura dos ataques enfrentados por todos os trabalhadores do país. Adotar os métodos da classe operária, de ocupação e greve por tempo indeterminado, de grandes atos, de enfrentamento da justiça e do governo burgueses, é o meio concreto de termos um horizonte na defesa das Florestas e de todos os recursos naturais que o governo e o imperialismo desejam saquear.



A greve da Polícia Militar no Ceará



A greve da polícia militar e bombeiros teve início dia 18/02, após uma parte da corporação rejeitar o projeto de lei do governo de reestruturação da carreira, que estabelecia uma nova tabela de vencimentos. A proposta de reestruturação e nova tabela vinham sendo discutidas desde o final de 2019, quando aconteceram os primeiros protestos. Atualmente, o salário do soldado no Ceará é um dos mais baixos do país. A primeira proposta, apresentada pelo governo Camilo Santana, previa o aumento do salário base do soldado, dos atuais R\$ 3.475,00, para R\$ 4,2 mil, pagos em 4 parcelas, até o final de 2022. Ela foi rejeitada categoricamente pelas lideranças e pela base do movimento, em um massivo ato, em 06/02, na Assembleia Legislativa. Uma nova rodada de negociações resultou na proposta de elevar o salário base para R\$ 4,5 mil, e redução do número de parcelas a serem pagas (de 4 para 3), até o final de 2022. Em ambas as propostas, os coronéis embolsam quase R\$ 5.000 de reajuste, ao passo que os soldados e cabos ficam com apenas R\$ 700,00, e perderiam gratificações e vantagens a serem incorporadas no salário-base. A proposta foi considerada satisfatória pelas lideranças das associações militares, como a APS (Associação de Profissionais da Segurança), e pelos deputados Capitão Wagner (PROS) e Soldado Noélcio (PROS), mas rejeitada pela base. A insatisfação da corporação se transformou em greve aberta, na tarde do dia 18/02, com a atuação decisiva das esposas dos soldados, que, apoiadas pela tropa, secaram pneus de motos e viaturas nas cercanias do estratégico 18º Batalhão da Polícia Militar.

Como se pode ver, o motivo da greve esteve nos baixos salários e na odiosa diferenciação com os coronéis. A base da corporação, praticamente, atropelou as direções para realizar o movimento paredista, desconhecer o acordo de cúpula, e exigir que o governo pagasse o reajuste sem parcelamentos. As direções do movimento tiveram de reconhecer a greve, a contragosto, e trabalham em seu interior por um rápido acerto com o governo. Não a sustentaram com firmeza, nem agiram para que se rompesse o isolamento da tropa junto ao funcio-

nalismo estadual e demais trabalhadores. O episódio ocorrido em Sobral, no dia 19/02, com a tentativa de Cid de lançar uma escavadeira sobre os amotinados no 3º BPM da cidade, e a reação armada destes, deu à greve repercussão nacional. Moro autorizou, de imediato, o envio da Força Nacional de Segurança, a pedido de Camilo Santana, e, no dia 20/02, Bolsonaro assinou decreto da GLO, pondo o Exército na chefia da segurança pública, também em solicitação ao governo estadual.

(...) o motivo da greve esteve nos baixos salários e na odiosa diferenciação com os coronéis. A base da corporação, praticamente, atropelou as direções para realizar o movimento paredista, desconhecer o acordo de cúpula, e exigir que o governo pagasse o reajuste sem parcelamentos.

A importância que adquiriu a greve da PM obrigou as mais diversas correntes de esquerda a se posicionarem, ainda que tardiamente. O PT e o PC do B, em aliança com os Ferreira Gomes, lançaram um violento ataque aos grevistas. Abundam os insultos e as mentiras. Explicam que se trata, ora de um motim dos bolsonaristas para promoverem eleitoralmente o deputado Capitão Wagner (declaradamente pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza), ora de uma horda de marginais e milicianos que pretendia desestabilizar o poder público no Ceará. O PCB condenou a greve, justificando que “*não é hora de vacilação diante da ameaça fascista*”. Como se vê, sustenta as calúnias petistas. Sua nota nada diz sobre a importância de penetrar as ideias e ganhar parte dos militares, tal como nenhuma referência é feita aos anos 1930-1960, quando o prestismo lutou para dirigir as principais associações militares no país. A executiva do Psol se limitou a dizer que as reivindicações da PM eram legítimas, mas seus métodos ruins; criticou Cid e sua atitude intempestiva e concluiu pedindo que as partes se entendam. Como se vê, portanto, não apoia a greve. O PSTU fez uma defesa formal da greve e limitou-se a falar da hipocrisia petista ao condenar o movimento, concluindo com a defesa do direito de sindicalização, direito de greve e a desmilitarização. O POR

fez uma defesa ativa da greve, esteve presente no seio da tropa, distribuiu seu manifesto e lutou para romper o isolamento do movimento. Ergueu as bandeiras democráticas (direito de greve, sindicalização, eleição dos comandantes pela corporação, redução dos salários dos oficiais, etc.), assim como a de unidade com o funcionalismo e a da estratégia do governo operário-camponês.



Direitização do PT

A greve da PM expôs mais um capítulo da direitização do PT. O fato de se apoiar no código penal militar (instrumento da ditadura militar) para perseguir e punir os grevistas (na sua maioria soldados e cabos); a prisão de grevistas e sua transferência para um campo de detenção em Itaitinga (RMF), sob severo regime e a solicitação da GLO para a intervenção do Exército na segurança pública, exemplificam essa tendência. O PT, ao se colocar por governar para a burguesia, não pode fazê-lo sem assumir, ao mesmo tempo, a ditadura de classe dos opressores sobre a maioria oprimida. Por isso, está obrigado a defender os privilégios dos oficiais e seus abusos intoleráveis contra os praças. É preciso lembrar que, nos 13 anos de governos petistas, não apenas nada foi feito para a desmilitarização da PM, como o próprio PT veio a criar a Força Nacional de Segurança, no governo Lula, e aprovou a lei antiterrorismo, no segundo mandato de Dilma. A atual enxurrada de mentiras e difamações promovidas pela burocracia sindical petista, em relação à greve da PM, é parte da campanha mais geral da defesa do governo burguês de Camilo contra os servidores estaduais, que se erguem contra o arrocho. O governo pretende aprovar reformas antipopulares e o arrocho salarial sem resistência. A greve da PM, que é sempre uma greve dos praças, choca-se com o objetivo do governo de sanear ainda mais as contas públicas e destinar os recursos aos grandes negócios empresariais dos capitalistas. A crise econômica mundial do capitalismo tem engen-

drado governos cada vez mais autoritários, em toda parte. O PT, que vai completando sua trajetória de oligarquização e apodrecimento na política burguesa, inevitavelmente, terá de assumir tal feição.

O marxismo e política militar do proletariado

Como corporação ferreamente centralizada e disciplina pela burguesia, e em geral nas épocas pacíficas, a PM, assim como as demais polícias e as Forças Armadas, constitui o “braço armado” dos capitalistas. São o instrumento através do qual mantêm a sua ditadura de classe sobre os oprimidos. Servem à defesa da grande propriedade privada burguesa contra a rebelião dos famintos escravos assalariados. Na fase de decomposição capitalista, as forças policiais apodrecem como quaisquer instituições burguesas, e promovem chacinas, violência contra os pobres, corrupção, envolvimento com o tráfico, milícias, etc. Mas, ocorre igualmente de rebelarem-se contra a centralização autoritária que emana do Estado, rompendo a hierarquia e a disciplina, quando a precarização salarial chega ao limite. Neste momento, fratura-se a unidade da PM. E esta, de órgão direto de dominação e repressão (sobre os explorados), entra em conflito com o governo, sob o qual esteve centralizada até a véspera. O choque entre policiais e governo abre as condições para que o programa revolucionário penetre e possa influenciar a tropa. Das greves policiais, nunca participam toda a corporação, mas apenas as mais baixas patentes. Os governos, sejam democratas ou reformistas, sempre se apoiaram na casta de oficiais privilegiados para esmagar o movimento pela via da repressão. Não é diferente com o PT. Direitistas e reformistas, quando muito, agem sobre a tropa com fins eleitoreiros e arregimentando-a para as disputas interburguesas. Presentemente, a política de colaboração de classes e de traição do reformismo abriu o caminho para a penetração das ideias reacionárias e fascizantes no seio da tropa. As crises econômicas e a falência dos estados, porém, sacudirão as ilusões na solução militarista, para abrir caminho à compreensão de que a crise atual é a crise estrutural do capitalismo. A luta pela revolução proletária passa pela tarefa de cindir as forças policiais e o exército, colocar essas frações sob a direção da classe operária, armar os oprimidos e consumir a insurreição armada. Os revolucionários, que lutam por superar a brutal crise de direção da classe operária, não podem se furtar ao trabalho legal e ilegal no seio da tropa, com o programa do marxismo-leninismo-trotskismo.

Neste momento, fratura-se a unidade da PM. E esta, de órgão direto de dominação e repressão (sobre os explorados), entra em conflito com o governo, sob o qual esteve centralizada até a véspera. O choque entre policiais e governo abre as condições para que o programa revolucionário penetre e possa influenciar a tropa. Das greves policiais, nunca participam toda a corporação, mas apenas as mais baixas patentes.

Pelo apoio à greve da PM!

Que o governo Camilo (PT/PDT) atenda imediatamente a reivindicação salarial da tropa!

Nem Capitão Wagner/Bolsonaro, nem Camilo/Ferreira Gomes!

Que a tropa se coloque pela política de independência de classe dos trabalhadores!

20 fevereiro de 2020

Desde às 16h do dia 18/02 a polícia militar do Ceará encontra-se parada em greve. A razão da greve está na insatisfação com a proposta do governo de reestruturação da carreira e o reajuste salarial. Camilo Santana propõe um ganho real de apenas 6%, dividido em três vezes, até o ano de 2022. A imprensa burguesa anuncia que o projeto do governo representa um ganho superior a R\$ 1.000,00, uma vez que o salário-base inicial passaria de pouco menos R\$ 3.500,00 para de R\$ 4.500,00. Ocorre que as associações de cabos e soldados têm denunciado que o governo apenas dissolverá gratificações e vantagens já existentes dentro do salário base, de modo que a remuneração líquida permanecerá praticamente a mesma. Por isso, exigem o pagamento do reajuste sem parcelamento. Tudo indica que a direção do movimento tentou fechar um acordo que foi rejeitado pela tropa, que resolveu iniciar a greve secando pneus das viaturas e se amotinando em vários quartéis, por todo o estado do Ceará. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o próprio governador, Camilo Santana, anunciaram medidas duras de punição aos grevistas, citando a lei e a Constituição. A ordem é identificar os paralisados e cortar imediatamente os salários. Camilo, desde o primeiro dia, recorreu a Bolsonaro/Moro, pedindo urgentemente a presença da Força Nacional de Segurança.

As greves da PM, no Ceará, têm sido recorrentes, ocorrendo em 2011/12, em 2015 e, agora, em 2020. Os policiais militares, formalmente, não integram os explorados trabalhadores. Não possuem atividade produtiva. Estão ferreamente ligados à burocracia de Estado com fins de repressão, defesa da propriedade privada e manutenção da ordem burguesa. A PM, tal como as Forças Armadas em geral, são o 'braço armado' da burguesia para a manutenção de sua ditadura de classe contra os oprimidos em geral e o proletariado em particular. Ocorre, porém, que os policiais militares, em especial os praças, são recrutados entre os operários, camponeses e pequena burguesia arruinada. São submetidos a constantes assédios, perseguições, doenças psicossomáticas e baixos salários. Por esses motivos, se rebelam contra a hierarquia e a disciplina que os doutrina e centraliza militarmente. O capitalismo, em sua fase imperialista de decomposição, já não consegue dar de comer não apenas a quem trabalha, mas até mesmo aos que cumprem a função de reprimir. Eis o que empurra violentamente a polícia a romper com a proibição, em lei, do direito de paralisação/greve e lançar-se às ruas por salário. A greve da PM, neste preciso contexto, expressa uma rachadura do aparelho do Estado. Eis por que o dever dos revolucionários e da vanguarda consciente é colocar-se a seu lado para aprofundar o fosso que se abre entre o comando reacionário burguês e a tropa. Trata-se de defender não apenas o atendimento das suas

reivindicações salariais (e rechaçar qualquer reivindicação de mais viaturas, melhor armamento, etc), mas defender o direito de sindicalização e greve, como também o fim das perseguições e a eleição dos comandantes pela tropa.

A desintegração do capitalismo e as medidas econômicas adotadas pelos governos aumentam a fome, a miséria e o desemprego. A reforma da previdência, a destruição de direitos trabalhistas e de toda cobertura social, as privatizações, o saque imperialista, o parasitismo e a falência dos estados criam as condições para um salto na luta de classes e para lutas generalizadas da qual nem as polícias podem evitar de serem arrasadas. A greve da Petrobrás, Correios, Casa da Moeda etc vão criando as condições para uma luta nacional e para uma greve geral contra Bolsonaro/Guedes e os governos estaduais, cúmplices na aplicação das reformas. Os explorados chamados a lutar não podem ignorar as fissuras que se abrem no aparelho do Estado. Não podem ignorar que colocando-se contrários à greve da PM se colocam no campo do governo Camilo/Bolsonaro e ajudam estes a recompor-se e a reconquistar o controle férreo sobre o braço armado que hoje rebela-se, motivado pelas péssimas condições de vida.

O erro das correntes que se opõe à greve

Os reformistas, que, no passado (2011/12), apoiaram a greve da PM do Ceará, hoje se colocam contra e lançam uma enxurrada de calúnias sobre o movimento da tropa. PT e PC do B, pilares do governo Camilo Santana, e que colaboraram fielmente na aprovação da maldita reforma da previdência, estão obrigados a dizer o contrário do que disseram no passado: que, hoje, se trata de um movimento reacionário, politiquês, comandado por marginais e milicianos e que afronta a ordem pública e o bem-estar dos cidadãos. Correntes anarquistas ou filo-anarquistas, fiéis à sua essência pequeno-burguesa, têm se posicionado contrários à greve por considerarem, por princípio, qualquer greve da polícia como "reacionária por natureza". Muitos professores e estudantes, ao contrário, têm se colocado contrários à greve pelo fato da direção das associações militares e mesmo da maioria da tropa ser apoiadora de Bolsonaro. Os reformistas, que já articulam suas candidaturas à prefeitura de Fortaleza, têm dado especial destaque ao fato do deputado federal capitão Wagner/PROS ser o candidato oficial, também dos evangélicos, e canalizar para sua postulação os setores reacionários da cidade. Para os marxistas, o caráter reacionário de um movimento não está determinado pela consciência particular dos integrantes nem pela posição política da direção, mas pela reivindicação concreta que é levantada na luta. A reivindicação de reajuste salarial por parte

da polícia é parte das lutas salariais que vêm sendo travadas no estado pelo funcionalismo. É bom lembrar que, neste exato momento, os professores da rede estadual realizam zonais e estão em plena campanha salarial para que Camilo pague o reajuste do piso de 12,84%. Reajuste que Camilo rejeita pagar e engana a categoria com mesas de negociação inócuas. Ignorar as condições concretas da luta, as reivindicações precisas que são levantadas pela PM e condenar o movimento com os piores vitupérios é típico da burocracia sindical que age de forma eleitoreira ao mesmo tempo em que acusa a greve de perseguir estes fins. Não se pode esquecer também que, precisamente, o abandono por parte da CUT, PT e aliados das posições classistas é o que tem empurrado a PM para os braços da reação e das hostes bolsonaristas.

Nenhuma solidariedade a Cid Gomes (PDT)

O episódio ocorrido ontem (19/02), no 3º BPM, em Sobral, foi transformado numa grande campanha de solidariedade a Cid Gomes e de condenação da greve na opinião pública. Presionado pelos fatos, até o relutante Sérgio Moro (interessado no desgaste do governo petista), passou a autorizar imediatamente o envio da guarda nacional ao Ceará.

A arrogância e a prepotência típica dos coronéis caracteriza bem a oligarquia Ferreira Gomes. A atitude de Cid de dar 5

Greve da PM no Ceará

minutos para que os amotinados abandonassem o 3º batalhão, sob pena das mais severas medidas, foi respondida à altura. Cid dirigiu pessoalmente uma retroescavadeira e a lançou contra os homens da tropa e suas famílias. A violência do governo foi respondida pela violência da tropa numa típica ação de autodefesa. Os estalinistas espumam de ódio perante o episódio e se solidarizam com Cid, omitindo a sua ação truculenta e autoritária no caso. O POR chama dos explorados a não se solidarizarem em nada Cid Gomes! Os professores e estudantes que derramaram sangue na Assembleia Legislativa na greve de 2011, pelas mãos deste mesmo governo Cid, não podem ter nenhuma comoção, mas antes manter firme sua independência de classe perante os governos.

Pelo apoio à greve da PM!

Pelo direito de sindicalização e greve!

Cabos e soldados, voltem as armas contra a burguesia e seus governos, não contra os trabalhadores!

Nenhuma confiança nos oficiais!

Eleição de todos os comandantes pela tropa!

Fim de todas as perseguições!

Não ao corte de salários!

Manifesto

Partido Operário Revolucionário

Governo Camilo (PT) recebe apoio de Bolsonaro, STF e Congresso para enterrar a greve da PM/Bombeiros

Fora a Força Nacional de Segurança convocada em acordo Camilo/Bolsonaro!

Abaixo a GLO de Bolsonaro! Camilo Santana, atenda a reivindicação da corporação! O que significa a chegada da Força Nacional de Segurança e a assinatura da GLO por Bolsonaro

22 de fevereiro de 2020

Depois dos acontecimentos do dia 19/02 (tentativa de invasão do 3º BPM em Sobral, por Cid, e reação dos PMs amotinados) a situação política em relação à greve da PM/bombeiros se transformou bruscamente. O curto período de disputas ácidas entre políticos ligados à corporação, caciques oligárquicos e representantes das frações burguesas (Ciro Gomes acusou Bolsonaro de estar por trás dos tiros contra seu irmão, Cid Gomes foi nacionalmente criticado por seu ato tresloucado, etc.), deu lugar a um pacto entre o governador Camilo Santana, o Governo Federal, o STF e o Congresso Nacional para pôr fim à greve da PM. A autorização de Sérgio Moro para que a Força Nacional de Segurança viesse ao Ceará, tal como a rápida assinatura da GLO, por Bolsonaro, permitindo o deslocamento de 2.500 homens do Exército são indicações precisas de que o 'motim' da tropa não pode mais ser tolerado. Malgrado o apoio informal dos setores bolsonaristas, o certo é que as frações burguesas nunca puderam aceitar nenhum tipo de quebra de hierarquia e de disciplina da corporação. Os tiros disparados contra Cid e, principalmente, a ameaça de extensão da greve a outros estados como Paraíba,

Espírito Santo, Piauí e Mato Grosso do Sul, pesaram decisivamente na formação deste consenso nacional, que envolveu até mesmo os políticos da chamada 'bancada da bala'.

Após a indicação da liberação do Exército e da chegada de contingentes da Força Nacional, o governo Camilo (PT, PC do B, PDT) reiterou o rechaço a qualquer negociação e acusa os policiais de serem milicianos assassinos, marginais e de serem responsáveis pelo aumento da insegurança e da mortandade recente (29 assassinatos nas últimas 24h, no estado). No 4º dia de greve, o governo do estado aumentou a pressão sobre o movimento, declarando que já abriu mais de 300 inquéritos policiais militares (IPMs) e efetuou a prisão de 3 policiais, acusados de vandalismo. O grupo de senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Major Olímpio (PSL-SP) e Elmano Ferrer (PTB-PI), que vieram ao Ceará, no dia 20, trabalhar pelo fim da greve, ouviram de Camilo que a "anistia de quem fizer motim na polícia é inegociável". Mais tarde, ao direcionarem-se para a assembleia da corporação no 18º BPM (centro do movimento de PMs/Bombeiros) tiveram de ouvir da tropa a decisão firme de continuarem na greve até o aten-

dimento das reivindicações de reajuste não parcelado e nova reestruturação da carreira.

Depois da desocupação do 3º BPM de Sobral, pela ação da Tropa de Choque, a PM, em greve, voltou a ocupar instalações da polícia, como a CIOPAER (Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas) e a 4ª Companhia do BPRAIO, desafiando a autoridade dos Ferreira Gomes em seu feudo. Apesar de apenas uma parte da polícia ter aderido, desde o princípio, à paralisação, as associações têm informado que segue forte a adesão de policiais ao movimento. Indiscutivelmente, os efetivos militares que chegam de outros estados, para a patrulha das ruas, enfraquecerão a ação grevista. As direções do movimento (Deputados Cap. Wagner, Soldado Noélio, entre outros) que firmaram o acordo salarial e de reestruturação com Camilo, sendo, em seguida, atropeladas pela própria base da tropa, que iniciou a greve, continuam a cruzada por quaisquer negociações que resultem no fim do movimento. A vinda da comissão de senadores e a fala envergonhada do Major Olímpio de que não se pode aceitar anistia aos amotinados, aumentou a pressão por uma negociação a qualquer custo. Por outro lado, também criou, uma vez mais, condições para que a tropa supere suas ilusões no bolsonarismo, impotente para defendê-los perante a necessidade férrea de assegurar a estabilidade da ordem estatal burguesa.

A crise de direção revolucionária, isto é, a ausência do partido revolucionário no seio dos explorados, não permite tirar vantagens dos acontecimentos em favor da classe operária. Ao contrário, os reformistas de todos os naipes e as correntes democratizantes, contrárias à greve, agitam por todos os canais, o perigo do bolsonarismo desestabilizador e acusam os policiais de representarem o fascismo em rota de colisão com as liberdades democráticas. Não poderiam prestar melhor serviço, ao empurrar a corporação para os braços de suas direções inconsequentes, fortalecendo, assim, Wagner-Noélio ao invés de enfraquecê-los. O reformismo e o estalinismo, neste momento, tiram da manga a carta do fascismo e a agitam sem cessar. Não se pode negar que tenham conseguido, especialmente em sua aliança com a oligarquia Ferreira Gomes, arrastar por trás de si, a maioria dos oprimidos, que rejeitam Bolsonaro. Acusam as lideranças grevistas de fazerem politicagem com a greve, quando o primeiro de seus argumentos tem sido a miserável defesa da tarefa de derrotar a greve da PM para enfraquecer a candidatura de Capitão Wagner à prefeitura de Fortaleza.

Devem ser condenados os métodos dos policiais grevistas de fechar o comércio e usar capuz?

As esquerdas eleitoreiras e domesticadas se afastaram tanto das posições classistas que condenam, sem pensar, a ideia de que os PMs, em greve, possam usar capuz e esconder o rosto nas suas ações e assembleias. Reproduzem o preconceito da classe média assustadas, associando-os à bandidagem etc. O mesmo tem dito sobre os 'métodos inaceitáveis de milicianos' ao verem motos e carros com encapuzados obrigando o comércio a fechar. Se protegem sob o manto de que a

violência deve ser condenada categoricamente e o Estado de Direito chamado a agir.

O proletariado tem na ação direta seu método próprio de luta. A violência reacionária dos patrões e do Estado, não poucas vezes, obrigou e obriga os trabalhadores a agirem incógnitos na luta de classes, especialmente nos momentos de grandes conflitos. Assim foi na ocupação da CSN em 1988, assim foi na ocupação de refinarias na greve da Petrobrás de 1995, assim o fizeram, recentemente, estudantes nas manifestações contra a copa do mundo em 2014 ao esconderem o rosto. As greves gerais e as greves radicalizadas impõem pela violência dos piquetes o fechamento não apenas do comércio como o impedimento dos fura-greves de sabotarem por dentro o movimento. Apenas desprezíveis pequeno-burgueses politiquieiros podem condenar, por princípio, estes métodos sem colocar o mais importante: o de saber a serviço de que eles são utilizados.

Pela independência de classe dos explorados diante da greve da PM

Em nome da luta contra o bolsonarismo, a direita e o conservadorismo (arraigado numa grande parte dos policiais militares, civis e bombeiros), uma parcela dos trabalhadores e juventude se deixa arrastar pela política do reformismo/

stalinismo de condenação da greve da PM e aliança com setores da burguesia tidos como progressistas e antibolsonaristas. Assim, vale a aliança eleitoral com os Ferreira Gomes para derrotar as candidaturas vinculadas a Bolsonaro. Em nome do combate à direita burguesa, devem ser vedadas até mesmo críticas ao governo Camilo Santana, carrasco do funcionalismo,

que fez aprovar a reforma da previdência estadual, uma vez que podem significar o enfraquecimento da unidade e frente progressista contra a direita. A necessidade de lutar contra o Capitão Wagner, virtual candidato do bolsonarismo e setores evangélicos à prefeitura de Fortaleza, não pode justificar o apoio à política de traição e submissão ao empresariado praticada pelo reformismo petista. É preciso que os explorados e a juventude livres-se da necessidade de se colocarem por trás das frações burguesas em disputa e se coloquem pela política de independência de classe, o que significa lutar por um poder próprio dos explorados, o governo operário-camponês (ditadura do proletariado). A incapacidade, para não dizer cegueira, da vanguarda pequeno-burguesa em distinguir entre a luta democrática da PM, QUE FAZ UMA GREVE UNICAMENTE POR SALÁRIO, e as suas lideranças bolsonaristas, (assim como as ilusões da base na direita burguesa), mostra o grau de impotência e a incapacidade desta vanguarda de travar uma luta consequente e esvaziar a força das correntes fascistas no seio das classes médias. Resta aos revolucionários lutar por uma política justa acerca da greve da PM no seio dos explorados, o que, sem dúvida, é parte da luta para que a classe operária e a juventude encontrem o caminho para o marxismo-leninismo-trotskismo!

A crise de direção revolucionária, isto é, a ausência do partido revolucionário no seio dos explorados, não permite tirar vantagens dos acontecimentos em favor da classe operária.

Fora Sérgio Moro do Ceará! Fora com a GLO e o Exército das ruas!

*Abaixo a prisão e perseguição aos policiais em greve e suas lideranças!
Camilo Santana, atenda as reivindicações salariais da corporação!*

24 de fevereiro



Não há lugar para a menor concessão econômica à tropa, nem a situação atual enseja (como nos anos de 2011/12) a possibilidade de acordos de bastidores para suavizar punições. O mais provável é que nenhum acordo salarial, ou que trate da anistia, seja aceito.

A Garantia da Lei e da Ordem, assinada por Bolsonaro, começou a valer. Tropas do Exército já estão nas ruas, em patrulhamento e policiamento ostensivo. O General Cunha Mattos, da 10ª Região Militar, em coletiva à imprensa, anunciou o início da Operação Mandacaru, neste domingo, 23/02. Segundo o acordo firmado com o governo, Camilo passou ao Exército o controle operacional sobre a segurança pública, embora tenha conservado o gerenciamento sobre a SSP (Secretaria de Segurança Pública). Foram transferidos ao controle do General Cunha Mattos, o comando sobre o Batalhão Policial do RAIQ, o Batalhão de Choque e policiamentos especializados, que agirão coordenados com os 2.500 homens das Forças Armadas, vindos de estados vizinhos.

Enquanto isso, o governo Camilo Santana intensifica as medidas de repressão e terrorismo contra tropa aquartelada. Autorizou a divulgação, para a imprensa, dos nomes de 168 policiais, que serão afastados preventivamente por 120 dias, por participarem da greve. Desse montante, 161, ou quase a totalidade, terão seus salários cortados, já em março. O objetivo é amedrontar e estrangular economicamente os grevistas. É parte dessa ação, o bloqueio de todos os recursos das associações militares, que são descontados em folha! O Comando Geral da Polícia Militar divulgou, também, um boletim extraordinário, para anunciar que 77 policiais, que deixaram de se apresentar à Operação Carnaval 2020, foram colocados na lista de desertores. Entre as punições previstas, estão o afastamento temporário, o corte de salários e expulsão. A greve da PM forçou o cancelamento do carnaval em pelo menos nove municípios do interior (Paracuru, Milagres, Canindé, Paraipaba,



Forquilha, Horizonte, São Luiz do Curu, General Sampaio e Santana do Cariri), e o número de mortos já passa de 120, nos 5 dias de paralisação. Os reformistas e estalinistas aproveitam-se destes números para voltarem à carga contra os grevistas, e responsabilizá-los pela crescente matança em todo estado. Aqui, a calúnia e a falácia se combinam, para obscurecer que a epidemia de homicídios é responsabilidade direta do capitalismo em putrefação, e da política repressiva da burguesia, da qual os reformistas são sempre os melhores agentes. Hipocritamente, omitem que sua política de colaboração de classes e as medidas adotadas por seus governos de turno aprofundaram a crise econômica, a barbárie e a desintegração social, que hoje explode, com ou sem a greve.

O que quer Sérgio Moro?

Nesta segunda (24/02), está prevista a chegada de Sérgio Moro (Justiça), e uma comitiva do alto escalão do governo federal: ministro Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e André Mendonça (Advocacia Geral da União), que se reunirão com o comando da 10ª Região Militar e, em seguida, com o Camilo Santana.

A vinda de Sérgio Moro é esperada por uma grande parte da tropa como um reforço e uma ajuda na abertura de negociações com o governo do PT. A julgar pelo que diz a imprensa, Moro tentará um acordo para pôr fim à greve. “Estarei no Ceará na segunda-feira. É tempo de superar a crise e serenar os ânimos. Servir e proteger acima de tudo” (Revista Ceará, 22/02/2020). É pouco provável que um acordo com Camilo Santana seja firmado em benefício da tropa. Por trás e acima de Camilo, agem os Ferreira Gomes que, após o ocorrido com Cid, encaram o problema do ponto da vingança política. Mas, pairando acima de todos, o capital financeiro (a quem Moro não pode deixar de servir) exige que os estados, em comum acordo com a União, revertam o problema fiscal, aplicando duras medidas de cortes e arrocho salarial. Não há lugar para a menor concessão econômica à tropa, nem a situação atual enseja (como nos anos de 2011/12) a possibilidade de acordos de bastidores para suavizar punições. O mais provável é que

nenhum acordo salarial, ou que trate da anistia, seja aceito. A corporação precisa, por isso mesmo, resistir à pressão, confiar em suas próprias forças e romper o isolamento imposto pelo governo, o empresariado e o reformismo. A ausência do proletariado organizado e com independência de classe impede que se possa responder à crise da segurança pública com o programa revolucionário. Impede que a classe operária possa tomar para si o problema e defender o salário vital para os praças, o fim das perseguições, a redução dos salários dos oficiais, os direitos democráticos da tropa (eleições de comandantes, direito de greve e sindicalização, fim das punições) e o armamento geral da população. Os explorados e a juventude encontram-se amordaçados pela burocracia sindical e estudantil. As duas traições da CUT/CTB/PT/PCdoB, nas greves gerais de 2017 e 2019, contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária, pesaram na desorganização dos trabalhadores, que mostravam disposição para derrotar, nas ruas, os governos Temer e Bolsonaro. Os governos se encontram de mãos livres para aprovar as medidas draconianas de ataque à vida das massas, malgrado sejam, cada vez mais comuns, as lutas regionais e setoriais.

Apenas no quadro de uma luta geral do funcionalismo será possível que se rompa o isolamento e o cerco que vai se montando em torno da greve da polícia militar e bombeiros.

O governo age para esmagar os grevistas abertamente e dar uma lição, de uma vez por todas, à corporação. Os sindicatos de professores (APEOC) e servidores estaduais (MOVA-SE, etc.), sob controle da burocracia petista, recusam-se a fazer uma campanha ativa, não apenas porque querem proteger o governo das pressões das bases descontentes, como, igualmente, para dar sua cota de contribuição ao cerco do governador sobre a PM. O POR, que não se curva às pressões da pequena burguesia e ao profundo atraso político da vanguarda, denuncia com todo vigor, não apenas a campanha sórdida e criminosa do reformismo/estalinismo de caluniar os grevistas, como sua política nefasta de dividir e sabotar o único caminho para que se derrote o governo e arranque o reajuste pedido: a greve geral dos servidores estaduais. Esta bandeira cobrará, daqui por diante, uma vigorosa atualidade. O que implica que é preciso uma luta firme e decidida para demonstrar que, não apenas o destino da greve da polícia está ligado ao problema da greve geral do funcionalismo, como a derrota da greve da PM, sozinha e isolada, abrirá caminho para que Camilo encontre condições, as mais favoráveis, para impor o arrocho sobre todos os servidores e professores.

Viva a Greve da PM!
Abaixo as prisões e perseguições!

PMs assassinos de Paraisópolis ficam impunes

Passados mais de dois meses do massacre no “Baile Funk da DZ7”, em Paraisópolis/SP, a Corregedoria da Polícia Militar do estado concluiu o inquérito, e pediu o arquivamento das investigações. Eram 31 policiais militares que estavam sob investigação, “suspeitos” de serem responsáveis pelo assassinato de 9 jovens. Apesar dos vídeos que mostram explicitamente os abusos cometidos, e mesmo com os inúmeros testemunhos de amigos, familiares das vítimas e de outros jovens presentes no local da chacina, o braço armado do Estado ficará impune novamente. A alegação utilizada foi a já conhecida “legítima defesa”.

Logo que aconteceu a tragédia, governador João Doria (PSDB) correu para acobertar a chacina, afirmando que “a letalidade não foi provocada pela Polícia Militar, e sim, por bandidos que invadiram a área”, sustentando a tese de que se tratava de uma perseguição a dois rapazes em uma moto, que supostamente abriram fogo contra a polícia e fugiram para se esconder na região onde ocorria o baile o que foi descartado, por não haver prova ou qualquer testemunha.

O fato não pode ser visto como uma mera fatalidade, como um evento isolado. Pelo contrário, as estatísticas relacionadas ao assassinato de jovens, particularmente dos negros e pobres nos bairros operários, alcançam o patamar de números

de guerra. Trata-se de uma chaga do capitalismo semicolonial brasileiro. O avanço da barbárie atinge a classe operária e a juventude oprimida, de maneira cada vez mais intensa, com a ampliação da miséria e com a destruição das condições de vida.

Nesse quadro, seria uma grande ilusão achar que a polícia poderia ser imparcial, principalmente sendo juíza e ré simultaneamente. Não é possível confiar em instituições que estão em defesa dos próprios interesses, ainda mais em se tratando da Justiça burguesa, apodrecida até a medula.

O Partido Operário Revolucionário rechaça a investigação comandada pelos próprios assassinos e defende que somente um Tribunal Popular, saído da mobilização das massas, poderá investigar e punir os verdadeiros responsáveis por essa e todas as outras chacinas. Denunciamos os crimes da burguesia e exigimos que as direções sindicais e as entidades estudantis levantem imediatamente uma ampla e massiva mobilização nacional em defesa da vida da juventude e dos explorados em geral, empunhando um programa classista de defesa dos empregos, salários e direitos. É preciso responder a cada manifestação concreta da opressão de classe com os métodos da luta de classes, sob a direção do proletariado.



Balanço da capitulação

21 de fevereiro de 2020

Direção da greve

A vitória ou derrota de uma greve depende da disposição de luta dos grevistas. No entanto, a direção ocupa um lugar fundamental, em ambos os casos. É responsável por desenvolver a linha política, manejar a tática, trabalhar pela organização, avaliar a correlação de forças a cada momento, impulsionar as tendências de radicalização dos grevistas, calibrar a relação entre as massas e sua vanguarda, evitar aventuras, vigiar pela unidade, responder aos ataques dos capitalistas, antecipar os passos dos inimigos, reagir prontamente às manobras políticas, judiciais e policiais, etc.

Não por acaso, o marxismo considera a greve como um embrião de guerra civil. A burguesia conta com o Estado, o aparato de comunicação e instrumentos ideológicos, como partidos, igrejas, associações patronais, mascaradas de sociedade civil, etc. A convergência de todos esses meios é canalizada para a repressão, que, por sua vez, combina ações judiciais, trabalhistas e policiais.



Somente indo às suas raízes, a capitulação e a derrota servirão positivamente aos novos embates que virão.

A greve deve estar preparada para responder às pressões político-ideológicas e aos ataques diretos. A responsabilidade pela preparação e pelas respostas táticas cabe à direção. A greve é a melhor medida para se conhecer a altura, capacidade e firmeza da direção. É quando se torna visível a política que ela sustenta no dia-a-dia. É quando a política classista, revolucionária, e a colaboracionista, contrarrevolucionária, comparecem contrapostas.

Infelizmente, estamos obrigados a fazer um balanço da capitulação da direção da FUP, e a inconsequência da direção da FNP. A capitulação – denunciada na declaração do POR “Direção da FUP capitula”, de 21 de fevereiro – é responsável pela derrota da greve nacional dos petroleiros. Somente indo às suas raízes, a capitulação e a derrota servirão positivamente aos novos embates que virão.

Ponto de partida da capitulação

A direção da FUP não organizou a greve para derrotar o governo, os capitalistas que controlam a Petrobras e as forças da burguesia de conjunto. Recorreu à greve para “negociar” as demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) do Paraná, em consequência de seu fechamento, e alguns pontos do Acordo Coletivo de Trabalho (mudança na forma de funcionamento dos turnos, etc.).

Assim, a FUP mostrou ao governo e aos patrões que faria uma

greve seguindo a legalidade. A paralisação aconteceria, segundo a direção dos petroleiros, em decorrência da ilegalidade praticada pela Petrobras. Ou seja, ilegalidade em relação ao fechamento da Fafen, e às demissões que estavam sendo realizadas unilateralmente à margem do sindicato. O que se exigia, portanto, era negociar. O mesmo se passava com a mudança de turno. Como se vê, a greve se limitaria a ser um instrumento de pressão sobre a Petrobras e a Justiça, para que os sindicatos e a FUP fossem ouvidos e participassem, chegando a um acordo.

A decisão de não parar toda a produção e garantir o abastecimento foi o sinal de que a paralisação ocorreria de acordo com a Lei de Greve vigente. A FUP prometeu à administração da Petrobras e ao governo que não organizaria piquetes. Tratava-se de uma greve de convencimento pacífico dos petroleiros. E de convencimento da Justiça de que a FUP queria apenas que a Petrobras não desconhecasse a representação sindical, e negociasse um acordo.

Essa diretriz indicou, ao governo e à Petrobras, que tinham pela frente uma direção tímida, débil e propensa a capitular.

Inflexibilidade de Bolsonaro/Guedes

As alterações nas relações de trabalho, no padrão salarial e nos direitos correspondem à determinação do governo em privatizar a Petrobras e desnacionalizar as reservas naturais de petróleo e gás. A linha geral traçada pelo ministro Paulo Guedes é a de desestatizar tudo o que estiver ao seu alcance.

O sistema de energia do Brasil desperta enorme interesse no capital financeiro e nas multinacionais. A aquisição desse

patrimônio a preço baixo é um bom negócio para o capital acumulado, e que não tem como ser aplicado na abertura de novas fábricas. É bem conhecida a estagnação da economia interna do País, que perdura há décadas.

A crise de superprodução mundial contribui para agravar a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, assentadas no monopólio. Os patrimônios nacionais dos países semicolônias se tornam imprescindíveis ao capital parasitário e aos interesses gerais do imperialismo. É dessa base econômica e política que parte a decisão do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, de passar por cima do Acordo Coletivo e liquidar a Fafen.

Estava claro que a greve iria se chocar, não só com o processo de privatização da Petrobras, mas também com o programa geral de desnacionalização do governo pró-imperialista. Mas, o alto grau de inflexibilidade se deveu à enorme flexibilidade da posição da direção da FUP. Em outras palavras, se deveu à adaptação da burocracia sindical à inflexibilidade dos entreguistas.

Condições políticas favoráveis aos petroleiros

Os explorados estão se dando conta das consequências da reforma trabalhista, da Previdência e da terceirização. O desemprego e

subemprego continuam altos. O reajuste do salário mínimo mantém milhões passando necessidades. Diminuiu-se o valor assistencial do Bolsa Família. A matança de jovens expõe a que ponto chegou a barbárie social. A economia continua estagnada. Não há previsão de superação para os próximos anos. Vem-se esgotando o arsenal das contrarreformas. E os resultados têm sido catastróficos.

As ilusões eleitorais das massas no governo Bolsonaro estão dissipando-se. A crise política não foi resolvida, e tende a se agravar. A militarização da política não tem fortalecido o governo. Está sendo identificada pela população sofrida como incapacidade do governo de reverter a desagregação econômica do País, e trazer de volta os empregos.

Não tem sido difícil demonstrar que somente os banqueiros e grandes capitalistas da indústria, do agronegócio, da extração e do comércio estão sendo protegidos pelas contrarreformas de Temer/Bolsonaro. As greves gerais de abril de 2017 e de junho de 2019 indicaram que há disposição das massas de resistirem aos ataques.

Não se deve perder de vista a importância das manifestações na América Latina. Os governos burgueses não conseguem se estabilizar. É o que se passa também no Brasil.

A greve nacional dos petroleiros, como se constata, teve a seu favor a crise política e o descontentamento generalizado da maioria oprimida. Esse fator é de grande importância na luta de classes. No entanto, a direção da FUP não aproveitou as condições políticas favoráveis para potencializar a greve.

Reação do Judiciário

A direção da Petrobras acionou o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Imediatamente, seu presidente, Ives Gandra Martins Filho, determinou que 90% dos petroleiros deveriam manter a produção. O que, naturalmente, não poderia ser atendido pela FUP. Diante do descumprimento, decretam-se as milionárias multas e o bloqueio das contas dos sindicatos. A Petrobras estava autorizada a manter a produção, utilizando-se de contratações temporárias.

A FUP estimou que, no oitavo dia, o movimento havia atingido 88 unidades do Sistema Petrobras, estendendo-se a 13 estados, abarcando 20 mil grevistas. O movimento, iniciado no dia primeiro de fevereiro, prosseguiu. O plenário do TST determinou, no décimo sétimo dia, que a greve era ilegal e abusiva. Pairaram as ameaças de demissões por justa causa.

O presidente da Petrobras declarou que não havia perigo de desabastecimento. Ou seja, as restrições logo teriam resultado a favor da empresa.

No décimo oitavo dia, o TRT julga o processo sobre o fechamento da Fafen e suspende as demissões até 6 de março. Dois dias depois, a FUP e o conselho dos sindicatos decidem suspender a greve. Essa foi a condição exigida por Ives Gandra para convocar uma mesa de conciliação. No dia 21, sob o comando do ministro carrasco da greve, chegou-se a um acordo que serviu de justificativa para a FUP pôr fim à luta dos petroleiros.

Esse percurso evidencia passo a passo como a direção sindical assimilou as pressões e os ataques do governo, da Justiça e do comando da Petrobras.

Potencialidade da greve

No momento em que a FUP decidiu encerrar o movimento, ainda havia mais de vinte mil petroleiros paralisados. As 11 refinarias, 17 terminais, 7 campos terrestres, 5 termelétricas, 3 unida-

des de processamento de gás (UTGs), 1 usina de biocombustível, 1 fábrica de lubrificantes, 1 usina de processamento de xisto, 1 complexo petroquímico e 3 bases administrativas, que se encontravam no oitavo dia afetados pela paralisação, se mantinham firmes, e ainda contavam com a adesão de plataformas do Pré-sal.

A greve nacional dos petroleiros, como se constata, teve a seu favor a crise política e o descontentamento generalizado da maioria oprimida. Esse fator é de grande importância na luta de classes. No entanto, a direção da FUP não aproveitou as condições políticas favoráveis para potencializar a greve.

A potencialidade poderia aumentar, caso a direção organizasse os grevistas para bloquear a entrada dos terceirizados e substitutos contratados. Os terceirizados foram importantes para a diretoria da Petrobras combater a greve. Os meios de comunicação somente quebraram o silêncio, quando a FUP se mostrou propensa a aceitar as condições ditadas pela ditadura do judiciário. Não há dúvida de que a passividade do movimento permitiu que os monopólios da comunicação ocultassem da população a greve nacional.

As possibilidades de mobilização de rua não foram aproveitadas. Tardamente, a CUT fez um gesto de apoio ultralimitado. As centrais e demais sindicatos pouco ou nada fizeram para quebrar o isolamento da greve. A passividade geral das direções burocráticas refletiu a própria orientação legalista da FUP.

A Fafen poderia ter sido ocupada, o que demonstraria disposição de constituir uma mobilização mais ampla, em sua defesa contra o fechamento e as demissões. A decisão de não levar a greve a afetar a produção e o abastecimento jogou água no moinho do governo e do presidente da Petrobras. Mais alguns dias, e o problema passaria para as mãos de Bolsonaro e de Castello Branco. Mantida a paralisação firme, organizados os piquetes, e lançado o movimento para as ruas, a situação se inverteria em favor da greve. No entanto, a direção, não apenas se indispsôs a utilizar a potencialidade da luta grevista, como também passou a impor limites.

Capitulação

Depois da negociata que levou o TRT do Paraná a suspender as demissões da Fafen, Ives Gandra acenou que estava disposto a instituir uma mesa de conciliação, desde que a FUP suspendesse a greve. Certamente, o carrasco dos petroleiros avaliou a fraqueza da direção. Uma vez que o TST havia decretado a ilegalidade da greve, não realizaria a “negociação” com os trabalhadores parados. Mas, essa imposição se deveu ao fato da FUP ter assinalado sua disposição de acabar com o movimento, depois do resultado da reunião do TRT.

A desembargadora Rosalie Michaela decidiu pela suspensão das demissões até 6 de março, contando com a disposição da FUP de se sujeitar a uma saída dada pelo próprio carrasco da greve. Aproveitando o desespero dos burocratas, deputados e senadores fizeram seu papel de políticos da burguesia, mascarados de benfeitores dos operários. A FUP anunciou, no décimo dia da greve, que os sindicatos de petroleiros e a CUT fariam uma “brigada”, que visitaria os gabinetes de deputados e senadores, para obter uma “interlocução com a direção da Petrobras e o governo, visando à suspensão das demissões em massa na Fafen-PR, bem como

das medidas arbitrárias que violam os fóruns de negociação previstos no Acordo Coletivo.

No décimo oitavo dia, transpareceu o jogo montado por cima da greve, com a audiência da 9ª Região do TRT e a decisão de Rosalie Michaela. No vigésimo dia, a FUP aceitou a condição de Ives Gandra.

Não se pode qualificar essa conduta miserável da direção dos petroleiros senão de capitulação.

Moedas de troca

A negociação, para a burocracia sindical, não é uma imposição da greve ao capitalista, mas a aceitação da imposição do capitalista à greve. Ives Gandra não teve dificuldades de conseguir essa ordem dos fatos.

O carrasco da greve havia colocado a corda no pescoço da burocracia, decretando a multa, que chegou a R\$ 58 milhões, e bloqueou as contas dos sindicatos. No acordo de suspensão da greve, o carrasco baixou o valor para R\$ 2,5 milhões. Os dias parados serão divididos em duas partes: parte será perda para os grevistas e parte será compensada. A Fafen dependerá das negociações no TRT do Paraná. Gandra declarou que as demissões serão efetuadas, podendo um ou outro trabalhador ser remanejado, e acertadas as indenizações. As advertências serão retiradas. Serão negociados a nova tabela de turno e o interstício (intervalo), e as férias, mantidas.

Eis a bondade do carrasco da greve, agarrada com alívio pelos burocratas. A FUP aceitou suspender a greve, sem que fosse decisão das assembleias. Foi para a negociação como derrotada. Sujeitou-se à “mediação” do carrasco da greve. Engoliu a seco as migalhas. E depois os burocratas de cada sindicato “convenceram” os grevistas de que foi a vitória possível. Isso, quando a greve estava forte e ameaçava afetar o abastecimento. E no momento em que o isolamento começava a ser vencido. Os professores de Minas entravam em greve e havia movimentação em outras camadas de trabalhadores.

Da capitulação, o mais grave foi usar a Fafen para obter um gesto intermediador do carrasco da greve. A burocracia sindical, há muito, abandonou a luta contra as demissões em massa e o desemprego. O exemplo da traição do sindicato do ABC aos operários da Ford se repete com a Fafen. A diferença, nesse caso, está em que os burocratas a usaram como moeda de troca para obter do carrasco da greve o fim do movimento.

Esteve colocada a luta anti-imperialista

Ives Gandra acusou a greve de ser política. Daí seu caráter ilegal e abusivo. Sabemos que, para a burguesia e sua justiça, qualquer greve é política. Têm motivo para assim qualificar a revolta da classe operária e demais trabalhadores contra a exploração capitalista. O certo, no entanto, é que a greve assume o conteúdo e forma de greve política, quando os explorados superam a luta puramente economicista e corporativa. Lançam-se contra a bur-

Greve dos petroleiros

guesia, seu governo e seu Estado. A greve geral é a expressão mais alta de greve política.

Ao contrário do que afirma Gandra, a FUP manteve a greve nacional dos petroleiros na bitola do corporativismo. O problema estava em que era visível a ligação do fechamento da Fafen e a violação do Acordo Coletivo com a privatização da Petrobras e a desnacionalização do petróleo, bem como com a aplicação da Reforma Trabalhista. Em palavras, a FUP levantou a bandeira nacionalista do “Petróleo é nosso” e “soberania do Brasil”. Assim, expôs o vínculo da luta econômica com a política. Não passou, porém, de efeito propagandístico.

A direção da greve não preparou os petroleiros para enfrentar o desmonte da Petrobras e a privatização. Tarefa essa que não poderia ser assumida apenas pelos petroleiros. Mas que poderia ter sido colocada pela greve nacional dos petroleiros à classe operária, e à maioria oprimida como um todo. A bandeira de “fim de toda privatização e reestatização sem indenização” seria, e é, a reposta concreta.

Ocorre que o PT e seu braço sindical não são contra as privatizações e não são a favor da estatização integral do petróleo, etc. A burocracia sindical reformista e direitista tem em comum a adaptação às pressões do capital financeiro e do imperialismo. Não se dispõe a travar a luta anti-imperialista, embora faça demagogia com a bandeira da soberania nacional. De fato, os reformistas se erguem como obstáculo à constituição da frente única anti-imperialista.

A greve dos petroleiros trouxe à tona o principal motivo do governo e da direção da Petrobras de fechar a Fafen e desconhecer o

Contrato Coletivo, que é a privatização. A capitulação da FUP e a derrota do movimento servirão à política antinacional e antipopular de Bolsonaro. É contra essa consequência que a vanguarda deve fazer um balanço rigoroso da condução da greve pela burocracia reformista.

Varrer dos sindicatos a burocracia colaboracionista

As derrotas causadas por capitulação e traição da direção são as que mais calam fundo no seio da classe operária. As derrotas por insuficiência de força do movimento ensinam a conhecer melhor o inimigo, a reconhecer as suas próprias debilidades organizativas, e a usar com mais propriedade a capacidade coletiva.

A capitulação e traição provocam sensação de impotência. O que pode dificultar uma nova arremetida contra os ataques patronais. Está aí por que é fundamental que o destacamento com consciência de classe dos petroleiros demonstre a capitulação da direção, e se coloque por varrer dos sindicatos a política de conciliação de classes.

Combater a Lei de greve

O sindicalismo burocrático se adaptou à Lei antigreve. Sob a ditadura militar, e principalmente no seu fim, o sindicalismo que despontou tinha como uma de suas principais bandeiras democráticas o fim da legislação antigreve, direito de greve, manifestação e



As multas milionárias e a intervenção da justiça nas contas bancárias dos sindicatos puseram à luz do dia a necessidade de desenvolver em todo o movimento as bandeiras de “Abaixo a Lei de Greve!” “Pelo direito irrestrito de greve, manifestação e organização!”

organização. Sob a democracia burguesa, a burocracia acomodou-se com a restrição ao direito de greve, expressa na Lei 7.783/1989.

As pesadas multas e bloqueios das contas dos sindicatos se tornaram naturais. A justiça e a burocracia usam esse expediente para suspender a greve. É o que acaba de ocorrer com a greve dos petroleiros.

A burguesia e seu Estado têm em suas mãos as finanças dos sindicatos e das centrais. Essa é uma das características fundamentais da estatização das organizações sindicais. Sob os governos do PT, a estatização se completou. Ou seja, alcançou o seu grau máximo, no marco da democracia burguesa. A estatização tem por base a burocratização, a quase eliminação da democracia operária, e a perda da independência financeira dos sindicatos.

A direção burocrática tornou os sindicatos, em grande medida, em corporações, que se assemelham a empresas. No período de vigência do imposto sindical, os grandes sindicatos montaram uma estrutura forjada no assistencialismo. Criou-se um corpo de funcionários e de assessores. A direção passou a viver dos sindicatos como donos de empreendimentos. Os fartos recursos financeiros, provenientes do imposto sindical, alicerçaram partidos, como o PT, Solidariedade, etc., e incentivaram o carreirismo parlamentar dos burocratas. Potenciou-se, assim, a política de conciliação de classes.

A burocratização e a estatização enfraqueceram os sindicatos, como instrumentos de expressão dos instintos de revolta da classe operária e demais oprimidos. A capitulação da FUP e o seguidismo da FNP refletiram esse estado avançado de burocratização e estatização.

As multas milionárias e a intervenção da justiça nas contas bancárias dos sindicatos puseram à luz do dia a necessidade de desenvolver em todo o movimento as bandeiras de “Abaixo a Lei de Greve!” “Pelo direito irrestrito de greve, manifestação e organização!” Essas bandeiras democráticas se chocam não só com a

burguesia e seu Estado, mas também com a própria burocracia colaboracionista e adaptada à democracia burguesa.

Superar o divisionismo FUP e FNP

Centramos o balanço na direção da FUP, porque a FNP esteve à margem. A greve, no entanto, expôs o absurdo do divisionismo. A FNP entrou na paralisação arrastada pela FUP. E teve de seguir a suspensão decretada pela FUP. O seguidismo impossibilitou à FNP combater a linha legalista e a capitulação da FUP. Nota-se a posição cômoda da direção da FNP.

O absurdo do divisionismo chegou ao ponto de a FUP se negar a constituir um comando unificado. O Coletivo Petroleiros Socialistas, vinculado à CSP-Conlutas e ao PSTU, pôde assistir ao naufrágio da greve e, no final, ainda pleitear a sua continuidade, livrando-se da responsabilidade da capitulação da FUP.

A existência de duas federações se deve à disputa aparelhista entre PT, PCdoB, PSOL e PSTU. Esses partidos também estão na base da divisão da CUT e formação da CTB (PCdoB), CSP-Conlutas (PSTU, parte do PSOL) e Intersindical – também dividida – (PSOL, PCB).

O divisionismo burocrático enfraquece o movimento sindical. A FUP responde à CUT, e a FNP sofre com a disputa entre CSP-Conlutas-PSTU e Intersindical-PSOL. A greve nacional dos petroleiros exigia absoluta unidade organizativa e completa democracia sindical. Nenhuma dessas condições estiveram presentes. O que facilitou e permitiu a capitulação da direção da FUP, e o enterro da greve.

A vanguarda classista tem o dever de concluir pela necessidade de acabar com o divisionismo burocrático, constituindo uma direção revolucionária, que, como tal, encarne a luta pela unidade organizativa da classe operária, em contraposição à unidade da burguesia.

Relato sobre a intervenção junto aos petroleiros da RECAP no ato no Rio de Janeiro em 18/02

Foi organizado pelo Sindipetro-SP um ônibus para levar os operários da Refinaria de Capuava (RECAP) para a manifestação dos petroleiros no Rio de Janeiro, no dia 18/02. Tive a oportunidade de ir junto aos operários e perceber alguns pontos de sua dinâmica.

Em primeiro lugar, vale destacar que existia uma boa disposição dos operários em relação à manifestação. O ônibus saiu de São Paulo por volta das 0h, e a expectativa era de que teria uma manifestação às 10h, e outra às 16h30min – de acordo com o informe que tinham recebido previamente. Mas, na verdade, só houve a manifestação das 16h30min.

Pude notar que os operários se mostravam bem animados, quando recebiam manifestações de apoio. Um deles chegou a receber pelo WhatsApp um vídeo de uma pequena passeata em defesa da greve, e isso animou grande parte deles.

Os operários se mostraram bem receptivos também quanto ao fato de eu estar junto a eles em apoio à greve. Mesmo depois, quando “descobriram” que eu fazia parte do POR, não houve nenhum tipo de rechaço à minha presença. Muito pelo contrário, continuaram achando importante a presença de mais

pessoas em apoio. Alguns chegaram a dizer que poderíamos ter aproveitado os dois ou três espaços que ainda restavam no ônibus para levar mais gente.

Os operários de base se mostravam bastante aguerridos. Ouvi eles conversando sobre os cortes de salários, dizendo que isso já era esperado, e que não era motivo para se afastarem da luta ou acabar com a greve.

Ao longo do dia, eles também passaram a receber, um a um, a mesma carta da empresa, mandando voltar ao trabalho, com a ameaça de demissão. Ainda que existisse algum receio, eles respondiam com o argumento de que a empresa não poderia demitir todos os operários, então, que se deveria continuar em greve, e não aceitar a pressão da empresa. Alguns até se mostraram bem nervosos com os que estavam aceitando essa chantagem, o que, na manifestação, se converteu na palavra de ordem “Ei, pelego, sai da Petrobras”.

Não vi nenhum operário expressando uma divergência com a linha da direção (Sindipetro/FUP/CUT), pareciam confiar nela. Mas, ao mesmo tempo, não ficou bem claro se eles compreendiam com precisão qual linha era essa. A maior

expressão disso foi quando, em meio ao ato, veio o informe de que as demissões na FAFEN-PR tinham sido “suspensas”. Houve uma euforia diante dessa informação!

Mesmo quando ficaram sabendo que a suspensão era somente até março, não mudaram o tom de comemoração da “conquista”. Somente na volta da viagem, no ônibus, é que passaram aos poucos a entender que a suspensão das demissões estava ligada à suspensão da greve.

Na manifestação, os operários em geral não rejeitavam o nosso boletim, o Nossa Classe. Pegavam o material e guardavam (imagino que achavam que era um manifesto de apoio, logo, que a leitura naquele momento era mais ou menos dispensável). Houve operários que compraram o Jornal Massas, mesmo que a compra tenha sido mais com o caráter de contribuição.

Pude intervir com uma fala no carro de som. Isso foi importante porque os operários da RECAP estavam perto nesse momento e puderam me ouvir. Logo em seguida, alguns operários disseram que acharam legal a minha fala e, posteriormente, ficaram brincando que eu era “quieto”... até pegar o microfone para falar! Vale salientar que eu fiz minha fala pouco antes do informe da “suspensão” das demissões.

Organizei a minha intervenção em cima dos seguintes pontos, que tinha anotado antes: “1) Defesa do apoio ativo, com as manifestações de rua; 2) Convocação das assembleias extraordinárias pelas outras categorias; 3) Defesa do irrestrito direito de greve e contra a repressão ao movimento; 4) Que o governo e a Petrobras atendam imediatamente as reivindicações dos

Greve dos petroleiros

petroleiros”.

Eles pareciam não compreender a diferença entre a minha fala e a das outras correntes políticas, aí incluída a linha da direção. Só eu falei sobre a necessidade de uma unificação de verdade, do apoio “ativo”. As outras falas se limitaram a repetir o lugar-comum da importância da greve e do apoio a ela; da relevância da Petrobras para soberania nacional; do problema das privatizações etc. Mas, falavam das demais greves somente para março.

Outro detalhe que considero importante da minha intervenção foi ter levado a bandeira do partido. Não foi possível hastear a bandeira e nem a deixar pendurada em lugar nenhum, então, eu andei “vestido” com ela durante a passeata. Duas pessoas pediram para eu esticá-la, para tirar foto.

O caso mais curioso foi de uma operária, que apontou para a nossa bandeira e comentou com o companheiro do lado: “Olha, é o Marx!”. Passei a conversar com ela, explicando quem eram os outros – em nossa bandeira, há retratos do Marx, do Engels, Lênin, Trotsky e Guillermo Lora. Ela disse que estava estudando o marxismo por conta, mas que achava difícil essa leitura individual. O fruto dessa conversa foi que pude convidá-la para o nosso curso mensal de formação política em SP. Ela se mostrou bem animada para participar, ainda que porventura não possa ir, dado que trabalha em escala.

Já em casa – chegamos na madrugada – não pude deixar de pensar na urgência que há em superar essas direções conciliadoras e construir uma direção revolucionária.

Ato tardio em defesa dos petroleiros em SP

Na quinta-feira, dia 20/02, aconteceu, na Av. Paulista, o ato em defesa dos petroleiros. A manifestação ficou muito aquém da necessidade ditada pela situação, contando com cerca de 300 pessoas. A greve exigia atos massivos, em todas as principais cidades do país, além da convocatória de assembleias extraordinárias das outras categorias – foi essa a linha política defendida pelo POR em seus materiais, particularmente, em sua “Carta Aberta”. Apesar da importância de o ato ter se realizado, cabe discutir os

motivos da sua limitação.

O ponto central dessa resposta está no fato da FUP/CUT já estar em franco processo de desmonte da greve. O acordo de tráfego já havia sido firmado no dia anterior e, enquanto o ato se realizava, as reuniões dos petroleiros estavam debatendo a orientação ditada pelas direções de “suspender” a greve. É o que explica terem pouquíssimos petroleiros na manifestação. É o que explica também o próprio ato ter sido esvaziado pelos sindicatos e organizações políticas, que enviaram apenas alguns representantes.

Cabe uma menção especial à CSP-Conlutas/PSTU: embora alguns setores que atuam no interior da central estivessem presentes, como o POR, a Resistência-PSOL, CST-PSOL etc. não havia uma delegação organizada da CSP, nem de seu partido hegemônico. Preferiram dar força a uma palestra, organizada por eles, com uma trabalhadora chilena que se encontrava no Brasil, sobre as mobilizações naquele país. Não que o assunto não fosse relevante, mas o pro-

blema está em que perderam mais uma vez a oportunidade de se diferenciarem politicamente da linha ditada pela frente sindical burocrática. Na reunião da Coordenação Nacional da central, ocorrida poucos dias antes, não deixaram de falar sobre a importância de “combater a política de conciliação de classes da CUT e demais centrais”. Na prática, contudo, o que se viu novamente foi a subordinação à linha traçada pela CUT e demais direções burocráticas, tal como se deu em relação às duas greves gerais, em 2017 e 2019.

O POR, ao contrário, esteve presente levando seu manifesto e fazendo fala no ato, combatendo a traição que estava em curso. Defendeu a expansão e unificação do movimento grevista para enfrentar as demissões, a política de privatizações/terceirizações e o entreguismo do Bolsonaro/Guedes, levantando bem alto a bandeira de defesa da soberania nacional, por meio da constituição de uma frente única anti-imperialista, baseada no método da ação direta das massas, sob a direção da classe operária.



Balço da reunião da Coordenação Nacional:

A CSP-Conlutas ficou mais uma vez refém da Frente Burocrática e da política de conciliação de classes

O encontro se deu entre os dias 14 e 16 de fevereiro, na quadra do Sindicato dos Metroviários, em São Paulo. Contou com delegações de diversos estados do país. Na programação, quatro aspectos se destacavam: a análise do governo Bolsonaro e da conjuntura nacional; um balanço das lutas ocorridas no segundo semestre de 2019 e começo deste ano, principalmente na América Latina; as greves em curso e as que estão programadas para breve, com destaque para o movimento dos petroleiros; e a eleição da direção (SEN – Secretaria Executiva Nacional).

Conjuntura Nacional e a greve dos petroleiros

A discussão acabou sendo guiada pelas intervenções dos convidados para os “painéis”, um sobre o governo Bolsonaro e outro sobre o “genocídio e o encarceramento como política de Estado”. De maneira geral, versaram sobre o caráter direitista e reacionário do governo, e sobre como esses elementos se desdobram na forma de violentos ataques sobre a maioria oprimida, especialmente sobre a população negra, pobre e periférica.

Embora os assuntos fossem relevantes, não colocaram novidade alguma. Por isso, o longo tempo destinado às exposições acabaram cumprindo o papel de impedir o debate, com a atenção que era exigida, sobre as propostas organizativas urgentes para fortalecer a greve dos petroleiros. Esta se destacava na situação política, por abrir caminho à luta grevista e anti-imperialista nacional. As explanações dos “painéis”, assim, serviram tão somente para referendar a linha aprovada no último Congresso da entidade, que corresponde à política do PSTU.

Quando se abriram as inscrições, o POR pôde então fazer uma consideração crítica sobre o fato de a direção da Central estar adotando uma política equivocada quanto à greve dos petroleiros. No que consistia o erro? A CSP-Conlutas acertava ao apontar a necessidade de um apoio ativo à mobilização e ao criticar a política de conciliação da FUP/CUT. Mas, ao mesmo tempo, enquadrava a greve dos petroleiros como se fosse só mais uma conta, no rosário de lutas empreendidas pelos trabalhadores do país, sem colocar em relevo a sua particular importância; o outro equívoco estava em apontar genericamente o problema da política de conciliação do campo cutista, sem, entretanto, demonstrar quais ações concretas planejava tomar para combater a traição, que já era possível prognosticar.

A intervenção do POR se deu no sentido de mostrar que as diversas ações de resistência por parte dos trabalhadores e juventude oprimida constituíam uma resposta aos ataques da burguesia e seus governos, os quais, por sua vez, estavam condicionados pela necessidade de descarregar sobre os ombros dos explorados o peso da crise do capitalismo. A greve dos petroleiros tinha, sim, de ser devidamente inserida nesse quadro, porém, sublinhando a sua transcendência, por se tratar de um setor operário estratégico no contexto da economia capitalista, que é o da produção energética. Dessa constatação, derivava outra, de caráter tático: uma vitória dos petroleiros permitiria os outros setores avançarem na luta contra os governos; uma derrota, inversamente, colocaria as mobilizações subsequentes em uma situação mais difícil.

Daí a conclusão fundamental: era preciso dirigir todas as forças da Central no sentido de trabalhar para a vitória dos petroleiros, o que passava por colocar todo o foco da própria CSP e dos sindicatos que dirige, na tarefa de apoiar ativamente a greve, além de traçar um plano de intervenção para incidir sobre as



A intervenção do POR se deu no sentido de mostrar que as diversas ações de resistência por parte dos trabalhadores e juventude oprimida constituíam uma resposta aos ataques da burguesia e seus governos

bases dirigidas pela frente burocrática, particularmente a FUP/CUT, combatendo a tendência, que já estava dada, de traição.

Nada disso foi feito. Aprovou-se uma resolução formal de “apoio ativo”, foi feito um vídeo durante a própria reunião da Coordenação para circular nas redes sociais, e mais nada. A maior prova disso é que o calendário de lutas aprovado no encontro não possuía qualquer diferenciação em relação ao calendário cutista. Nenhum ato, plenária, nada... nem nas regiões onde é amplamente reconhecida a influência da CSP/PSTU, como em São José dos Campos. Está aí a demonstração da subordinação, na prática, da CSP-Conlutas à frente sindical burocrática, em que pesem os discursos inflamados contra a mesma, reproduzindo o equívoco cometido em torno das duas greves gerais, em 2017 e 2019, quando o campo dirigido pelo PSTU também se mostrou incapaz de se diferenciar da política traidora da CUT, Força Sindical e demais direções pelegas.

Sobre a conjuntura internacional e a eleição da SEN

O painel sobre os levantes ocorridos no Chile, França e outros países serviu mais para fazer proselitismo da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores), à qual o PSTU faz parte, com um caráter acentuadamente descritivo. Vale ressaltar apenas o silêncio sobre a queda do Evo Morales, na Bolívia. Seria importante que o plenário se debruçasse sobre a caracterização de “golpe” da maioria das esquerdas. Nós, do POR, teríamos a oportunidade para demonstrar a incorreção dessa caracterização, demonstrando, a partir da experiência viva do POR boliviano, como as massas derrubaram Evo e como a subida de Jeanine Áñez implicou em um golpe sobre o movimento democrático.

O problema é que, após as longas intervenções das convidadas

no “painel”, a mesa decidiu abrir apenas dez inscrições, que foram sorteadas, excluindo a possibilidade de apresentação da divergência – ou mesmo de qualquer outro assunto. Desse modo, as falas acabaram ficando restritas ao campo majoritário.

Esse fato acabou conferindo um caráter meramente formal à atividade, dado que não se concentrou em debater as diferenças. É importante colocar em relevo essa característica do encontro, pois, o mesmo se repetiu na votação das resoluções, no último dia: foram todas votadas por unanimidade – nós, do POR, não tínhamos delegados aptos a votar.

Ora, como é possível uma central sindical votar diversas resoluções sobre temas complexos, como conjuntura nacional, internacional, organização sindical, etc., sem qualquer divergência? É verdade que a maioria das correntes que ali intervém faz parte do campo do morenismo, possuindo muitos aspectos políticos em comum. Mesmo assim, suas diferenças existem e são públicas. Está aí mais um sintoma claro do caráter superestrutural da ruptura que deu origem à CSP-Conlutas.

Simultaneamente, trata-se de um indício de que o que realmente importava às correntes que atuam em seu interior era a eleição para a direção, ou seja, a disputa do aparato. Este elemento do balanço ajuda a compreender, inclusive, a atitude formal diante das questões citadas anteriormente, principalmente a greve dos petroleiros e a questão dos levantes na América Latina. Como os agrupamentos que compõem a “oposição” sabiam de antemão que o PSTU venceria toda e qualquer votação, simplesmente abandonaram a disputa política, aceitando passivamente o que estava dado, tendo dirigido suas energias para o único momento em que o voto deles poderia ter alguma “serventia”, devido ao cálculo da proporcionalidade: na eleição da SEN. Uma atitude deplorável, que desnuda o aparelhismo dessas correntes.

Um agrupamento revolucionário jamais trataria temas dessa magnitude com tal desprezo. O fato de ficar em maioria ou minoria deve ser visto desde o prisma da democracia operária. Compor um setor minoritário não pode ser visto como um problema em si,

muito menos servir de justificativa para ser negligente em relação à disputa política. Pelo contrário, os marxistas entendem que a mãe de toda verdade é a experiência; portanto, é ela quem determina quem está correto diante de uma divergência. No caso concreto, os desdobramentos da greve dos petroleiros, que estava no centro do debate, se encarregariam de demonstrar, como de fato se deu, quem estava certo sobre a atitude a ser tomada diante da traição da FUP/CUT.

Como nada nesse sentido foi votado, e tudo foi despachado por unanimidade, resta descrever como foi a apuração dos votos para a SEN. No final das contas, a chapa encabeçada pelo PSTU (com a CST, Comuna e MLS) confirmou a sua superioridade, ficando com 19 membros; a chapa composta pela LS, MES, Resistência e Luta e LRP ficou com 4 membros; a chapa da Resistência, Conspiração Socialista, LSR, Andes e Alicerce conseguiu 3 membros; o MRS conquistou 1 vaga.

O POR interveio utilizando a abertura que foi dada, considerando as limitações burocráticas do encontro, fazendo uma fala no primeiro dia, distribuindo o seu manifesto e fazendo a divulgação de seus materiais de propaganda (livros, folhetos e revistas). Nossa linha de intervenção esteve centrada na defesa de que a CSP caracterizasse a enorme transcendência da greve dos petroleiros, e tomasse as medidas cabíveis nessa direção. Não pôde pronunciar-se no plenário sobre os outros temas. Lamentavelmente, o encontro não esteve à altura das tarefas impostas pela conjuntura, dado o abandono por sua direção da tarefa de organizar a vanguarda no campo da independência política de classe.

A impotência da CSP-Conlutas em convergir na situação favorável que se abria com a greve dos petroleiros, para impulsionar uma frente única nacional de luta contra o governo de Bolsonaro/Guedes, trabalhando assim pela generalização do combate às contrarreformas, é o maior exemplo do quanto o PSTU e a própria CSP-Conlutas se colocam como um obstáculo à luta da vanguarda por romper o bloqueio do nacional-reformismo e desenvolver a política proletária.

Congresso/Conferência APEOESP, antidemocrático e sob a política da conciliação de classes

Entre os dias 7 e 9 de fevereiro de 2020, ocorreu o XXVI Congresso e a VII Conferência Estadual da Educação da Apeoesp. Foi marcado pela conciliação entre setores da oposição e a burocracia do sindicato. O ápice da conciliação se mostrou no “acordão” entre as 15 teses, das 18 apresentadas, em uma reunião que ocorreu na noite do primeiro dia de congresso, para a formulação de um Plano de Lutas consensual. Com exceção da Tese 2 (Corrente Proletária na Educação), Tese 6 (Oposição Revolucionária) e da Tese 14 (Coletivo Reviravolta/PSTU), que não fizeram parte. O Plano de Lutas formulado expressou a convergência de posições das correntes, e teria como finalidade ser apresentada nos grupos, como parte da tese guia. O que provocou confusão entre os delegados, dificultando a apresentação de propostas de rejeição e de emendas.

Durante a defesa das teses, no primeiro dia de congresso, a Corrente Proletária enfatizou em sua exposição a crise estrutural do capitalismo, o esgotamento da política do nacional-reformismo na América Latina, as diretrizes imperialistas aos países semi-coloniais, a caracterização do governo Bolsonaro como direitista e fascizante, e o papel traidor das centrais sindicais diante das medidas antinacionais e antipopulares.

No segundo dia, durante as mesas de debate, a presidenta/

deputada Maria Izabel de Noronha (Bebel) distribuiu uma revista com seus 100 dias de mandato. Puro carreirismo eleitoral. O que mostra o quanto o sindicato tem abandonado a política de independência de classe, alimentando ilusões na democracia burguesa. As mesas de debates, por fim, cumpriram seu papel de reforçar a política imobilista do sindicato, com palestras voltadas ao denunciismo e à manutenção da política reformista.

No sábado, ocorreram os Grupos de Trabalho. Dos 10 grupos formados, a Corrente Proletária esteve presente em seis. Nesse congresso, a burocracia foi mais rígida quanto à composição dos grupos, não permitindo que as correntes pudessem escolher onde participar. Assim, obrigou as correntes a se isolarem nos grupos controlados, majoritariamente, pelos delegados da Tese 1. Contou, ainda, com o critério antidemocrático da CUT de corte de 20%. Assim, uma emenda teria de ter no mínimo 20% de votos nos grupos. Mesmo assim, algumas das emendas da Corrente Proletária foram aprovadas, com direito à defesa na plenária.

Na plenária final, no domingo, a acordo feito anteriormente sobre a base do consenso sobre o Plano de Lutas veio à tona. A maioria dos delegados aprovou integralmente a proposta, com todas as emendas aditivas. As emendas substitutivas não foram

debatidas. A maioria das propostas pela Corrente Proletária não foram debatidas, pois, foram consideradas prejudicadas. Na plenária sobre o Estatuto, o objetivo era aprovar a unificação da conferência com o Congresso nos próximos anos. Ou seja, a partir desse congresso, as conferências ocorrerão a cada três anos. As outras emendas propostas pela Tese 1 foram aprovadas a partir do acordo com a maioria da Oposição.

O objetivo da burocracia da Apeoesp era o de aprovar um Plano de Lutas, com o aval de setores de oposição. Um Plano de Lutas baseado em uma lista de intenções, que tem por trás a pressão parlamentar e judicial. Lamentavelmente, essas correntes oposicionistas

serviram de auxiliares para uma política de traição da burocracia sindical, expressadas nas duas grandes derrotas dos explorados com a aprovação da reforma trabalhista e previdenciária.

A Corrente Proletária denunciou tal submissão e fez a luta política em defesa das reivindicações gerais do professorado, da independência de classe e do método da ação direta, como única forma de enfrentar os governos francamente pró-imperialistas. Expressou nos grupos de trabalho e nas plenárias a convicção de que somente a política do proletariado poderá colocar fim à destruição da escola pública. Interveio por meio da tese 2, manifesto e com a banca de materiais, livros, folhetos e jornal.

GREVE, CSP-CONLUTAS E ELEIÇÕES: O CENTRO DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

O 39º Congresso do ANDES-SN ocorreu em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), da manhã do dia 05 até a noite do dia 08 de fevereiro. O Congresso pautou-se por três grandes debates: o da necessidade da greve, o da permanência ou ruptura com a CSP-Conlutas, e as eleições para a direção do ANDES-SN, no biênio de 2020/2022.

A defesa da unidade e da greve

Desde a abertura até o encerramento dos trabalhos, a ideia da unidade e a ideia da defesa da greve em nosso setor como parte da greve do funcionalismo (e da greve geral) foi repetida por diferentes participantes do Congresso. Dos agrupamentos independentes, até os coletivos ligados aos partidos (PSOL, PT, PCB e PSTU), havia um consenso de que apenas os dias de paralisação nacional, como 15 e 30 de maio, ou os dias 02 e 03 de outubro de 2019, não resultaram em nenhum recuo do governo. Os mais exitistas, como os militantes do coletivo CAEL (PSTU), puderam até relatar a “rebelião” que dentro e fora do país tem ocorrido, mas não puderam categoricamente elencar nenhuma vitória das mobilizações nacionais. Além disso, o que nenhum dos agrupamentos pôde fazer foi um balanço do que significaram as derrotas sofridas, partindo do que foi a Frente burocrática entre as Centrais Sindicais que determinaram os rumos dos movimentos em 2019.

Os petistas (“O Trabalho” e “Articulação de Esquerda”) atacaram a direção do ANDES-SN e a CSP-Conlutas por não fazer a unidade com o conjunto dos trabalhadores. Atacaram a Conlutas por ser isolada, pequena, “golpista”, por ter chamado o “Fora Todos”, e se negado a defender a liberdade de Lula. Os petistas, obviamente, não poderiam tratar da CUT e fugiram em todas as oportunidades de defendê-la, embora também a dirijam. Criaram um sectarismo que, de fato, não existiu no último período. Tanto o ANDES-SN quanto a CSP-Conlutas se meteram em tudo quanto foi frente e fórum defendendo a unidade. Os petistas aproveitaram a fraqueza política e organizativa daqueles que, no passado, embarcaram na aventura divisionista para omitir o papel de traição da Central Única dos Trabalhadores. Omitiram que o método imposto pela CUT e pela Força Sindical é o método burocrático que determina as datas, as bandeiras, e que subordina a luta das ruas à luta no parlamento.

Os militantes do PCB e do PSOL, em diferentes “tonalidades”, também defenderam a unidade, mas, porque defendiam uma nova ruptura, agora com a CSP-Conlutas, defendiam uma unidade no porvir, abstrata (no “Fórum Sindical, Popular e de Juventudes”, em construção, e na proposta de um novo “Enclat”), sem se pronunciar sobre a Frente das Centrais que conduziu as lutas nos

últimos anos, e sem responsabilizar a CSP-Conlutas por todas as derrotas, como fizeram os petistas. Estes militantes ignoraram a crítica à Frente, porque, além de responsabilizar CUT e as demais centrais pelegas, teriam de responsabilizar a direção da CSP-Conlutas por sua fraqueza organizativa em expressar a independência de classe, mas isso significaria, de antemão, criticar qualquer novo divisionismo pela mesma fraqueza. Assim, criticaram certo “sectarismo”, assim como o “colaboracionismo”, sem dar nome aos responsáveis (a Frente burocrática) pela situação concreta em que iniciamos o ano (a fragmentação e o isolamento das lutas).

(...) depois de ampla discussão e todos brandindo a necessidade da luta geral, da mais ampla unidade, o único ponto sobre retomar a Greve Geral ... foi impedido de ir a voto por destaque da direção e rejeitado, em seu conteúdo, com o argumento de que era um “etapismo” ligar em uma única resolução o conjunto de greves e mostrar seus elos.

A direção do ANDES-SN, composta majoritariamente por independentes, repetiu parte do discurso do PSTU, sobre a disposição para as lutas, e criticou abstratamente o “colaboracionismo”. De fato, essa postura abstrata confluiu com a própria organização do Congresso. O debate sobre conjuntura não resultou em nenhuma votação. Não foi votada a “centralidade da luta” a partir do longo debate acerca da “conjuntura e movimento docente” (plenária do primeiro dia). Obviamente, a direção não queria se chocar com todas as correntes que ali se apresentavam e que poderiam, desde o primeiro dia, levar a impasses na condução dos trabalhos, como se verificou já na segunda plenária. Queria, como o fez, conduzir os trabalhos por meio dos grupos de discussão, porque neles possuía a maioria dos delegados (com diretores em todos os grupos) e poderia aprovar todas os seus Textos de Resolução (com o filtro de 30% que só os militantes do POR criticaram na abertura do Congresso). Textos que manteriam a posição abstencionista, como a que se evidenciou claramente na discussão sobre a desfiliação da CSP-Conlutas.

Assim, ainda que todos tenham falado de unidade e defendido a greve no setor, a discussão desta greve na base do ANDES-SN já nasce minada pelas disputas internas que divisionistas e oportunistas sempre levantaram. O mais grave é que depois de ampla discussão e todos brandindo a necessidade da luta geral, da mais ampla unidade, o único ponto sobre retomar a Greve Geral (parte da greve do funcionalismo, da educação e da categoria)

foi impedido de ir a voto por destaque da direção e rejeitado, em seu conteúdo, com o argumento de que era um “etapismo” ligar em uma única resolução o conjunto de greves e mostrar seus elos. Assim, foi aprovada uma proposta em relação aos servidores federais, cujo intuito é “envidar esforços” para construir uma greve do funcionalismo público e, depois, foi aprovada uma proposta para debater a greve em nosso setor com assembleias no início de março, para deliberar sobre a greve nas Ifes, Iees e Imes.

As propostas aprovadas, embora corretas, foram o fruto fragmentado de uma disposição que, de verdade, não havia em todos setores que defenderam a “unidade” e a “greve”.



Desfiliação ou não da Conlutas

Contra a desfiliação, havia setores da antiga direção do ANDES-SN (coletivo “Rosa Luxemburgo”), o coletivo do PSTU e os militantes do POR. PT e PSOL defenderam abertamente a ruptura. Aliás, as defesas mais contundentes vieram de militantes do PSOL, como o do professor Luiz Araújo, que já foi presidente desse partido. Os militantes do PCB, embora tenham escrito um Texto de Resolução pela desfiliação da Central, dividiram-se nos grupos e nas votações quanto à posição, muitos deles migrando para a posição da direção do ANDES-SN, de defesa de um CONAD extraordinário e deliberação no 40º Congresso, que ocorrerá em Porto Alegre.

Diante da posição defendida abertamente sobre a desfiliação, sobre a ruptura com a Central, a direção defendeu um CONAD extraordinário para debater melhor o assunto nas bases. Uma posição centrista, abstencionista.

Que pudesse haver uma instância apenas para debater e fazer um balanço da Central não é um problema, o problema no 39º Congresso era: qual posição a direção do ANDES-SN vai levar às suas “bases”? Qual será a posição de cada membro da diretoria nas assembleias de base? Nenhum membro da diretoria se pronunciou sobre isso. Na abstração de que as “bases decidam” (e, de fato, as assembleias de base devem discutir o tema), a direção omitiu sua posição para novamente não se chocar com nenhum dos setores presentes.

Com efeito, como se debate a unidade, se a ruptura aparelhista novamente se coloca, mesmo quando abstratamente há um consenso em torno da greve unitária? A posição centrista da direção do ANDES-SN atua, na prática, pelo fortalecimento de mais uma ruptura aventureira de uma Central sindical, fortalece o discurso dos oportunistas do PT (que também foram divisionistas com a criação do PROIFES), e dos aparelhistas que querem espaços onde

possam ser hegemônicos (caso concreto do PSOL e suas alas em disputa desde os anos 2000 com o PSTU na criação da Conlutas).

Como houve muitos inscritos e houve sorteio das falas (com a divisão entre falas de “homens” e de “mulheres”), apenas uma militante do POR, em poucos minutos, pode intervir apresentando um balanço, de fato, do erro do divisionismo e apontando que, sem reconhecer este erro, novas divisões aparelhistas se colocarão no cenário.

A maioria das falas, no entanto, apenas destacava as “qualidades” ou os “defeitos” da CSP-Conlutas. A posição centrista da direção do ANDES-SN serviu para ajudar os “indecisos” e a saída foi a de construção do CONAD extraordinário e a deliberação no próximo Congresso. A fissura, no entanto, já foi aberta. A posição da direção foi aprovada por 255 votos contra 142, que votaram pela desfiliação imediata. A tendência é que esse número pela desfiliação aumente no próximo Congresso. A ruptura ou não vai depender das lutas ao longo de 2020, porque o casuísmo e o oportunismo é o que determinam a política da maior parte dos agrupamentos que atuam no interior do ANDES-SN.

Eleições para a direção do sindicato

Parte do ímpeto das correntes nas disputas acirradas nas plenárias e nos grupos de discussão esteve ligada à questão das eleições, que ocorrem agora em maio. O 39º Congresso teve o objetivo de aprovar o Regimento e apresentar as chapas que concorrerão. A inscrição ocorreu no interior do Congresso.

Na eleição anterior, houve duas chapas: a dos independentes com setores do PSOL e PCB, que se mantém no poder há muitas gestões, rodiziando e substituindo nomes (chapa 1 – “Andes Autônomo e de Luta”), e a dos petistas com independentes (chapa 2 – “RenovaANDES”). O resultado já foi apertado; com 8.732 (51,71%) a chapa 1 venceu a chapa 2, que obteve 7.215 votos (42,73%).

Depois de aprovado o Regimento no 39º Congresso, apresentaram-se novamente duas chapas, a de independentes com PSOL e PCB, mas sem o coletivo “Rosa Luxemburgo” (cujos membros dirigiam, por exemplo, o ANDES-SN na greve de 2015), e sem o coletivo “CAEL” (ligado ao PSTU).

Além das diferenças políticas que se explicitaram em algumas votações, a chapa da direção se colocou mais à direita do que em anos anteriores, com a incorporação de setores majoritários do PSOL, como a indicação do nome do já citado professor Luiz Araújo, cujas falas mais se aproximavam de posições do RenovaANDES do que de setores da direção. Com isso, houve a não participação do coletivo “Rosa Luxemburgo”, em função da divisão dos cargos na composição da chapa, assim como do coletivo “CAEL”, que devem realizar o apoio crítico.

A Corrente Proletária na Educação atuou no Congresso com contribuições ao caderno de textos, distribuição de manifestos, banca e propostas de moções. Apontamos a necessidade de o ANDES, no interior da Conlutas, defender a unidade organizativa dos explorados em vez de embarcar em uma nova aventura divisionista. Defendemos a reconstrução da greve geral como a perspectiva que deve guiar cada confronto contra as medidas do governo, dada a necessidade de derrotar a ofensiva direitista, obscurantista e ultraliberal com os métodos da ação direta. Expusemos a necessidade de erguer uma Frente única anti-imperialista, e de que os docentes não se coloquem novamente sob a estratégia de um novo governo nacional-reformista. A conquista da independência de classe na categoria se dá com a defesa de um programa e estratégia proletários, a defesa de um governo operário e camponês.

Nesta edição:

- **Argentina:** De novo, a dívida externa é o problema central.
- **Alemanha:** A violência e ideologia fascizantes, produtos da desagregação capitalista.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Argentina

De novo, a dívida externa é o problema central

O congresso aprovou a lei para respalidar o governo na renegociação da dívida. Há poucas semanas, o governo juntou a burocracia sindical e os movimentos sociais para ter o aval deles na renegociação da dívida que está fazendo. Pedem o apoio dos governos imperialistas, pedem o apoio do Papa, e até das autoridades do FMI.

Por que? Querem mostrar às massas que estão fazendo o máximo possível para negociar nas melhores condições e superar a crise da dívida. Para que não questionem sua política de pagadores obedientes. O governo sabe que está buscando a legitimação de uma fraude gigantesca.

A dívida externa sempre foi um mecanismo de saque da nação por parte do capital financeiro. O governo de Macri se endividou ao máximo, com a cumplicidade do congresso, a justiça, os governos provinciais, e a própria oposição que o deixou fazer. Todos sabíamos as consequências do que se estava aprontando, desde o princípio.

Também foram sócios e cúmplices, os banqueiros, que fizeram grandes negócios com a dívida e os juros extraordinários. Assim como o FMI, que veio socorrê-los, mantendo aberta a torneira para a fuga sistemática de divisas.

A única política soberana, de defesa do interesse nacional, é desconhecer toda a dívida, e não pagar nem um dólar mais. Não se deve convalidar o saque.

O capital financeiro está provocando desastres no mundo todo, com suas políticas de endividamento e ajustes selvagens

contra as massas. É hora de acabar com essa situação. O nível da dívida mundial chegou a um ponto explosivo, o mais elevado dos últimos 80 anos.

O FMI quer fechar rapidamente um acordo com a Argentina, para jogar no esquecimento o desastre de ter outorgado o maior empréstimo de sua história, a mando de Trump, a um governo em de-

Agora, o governo de Alberto Fernández prometeu reconhecer essa dívida e pagá-la. É o mandato da burguesia, que quer manter as melhores relações com o capital financeiro. Não lhe importam as consequências que tenha sobre a economia nacional.

Todas as medidas que vem adotando o governo seguem o modelo do FMI. Bus-

Todas as medidas que vem adotando o governo seguem o modelo do FMI. Buscam superávit comercial para que ingressem dólares e superávit do orçamento, para comprar esses dólares e entregá-los aos parasitas financeiros.

fault, e que provocou um desastre da sua economia.

Todo o dinheiro que ingressou esteve destinado à especulação financeira e à fuga de divisas. Nem um dólar daquilo supostamente emprestado ficou no país. Não há necessidade de uma auditoria para saber que não há reservas. O próprio governo o informa todos os dias. É uma fraude, combinada entre os bancos estrangeiros e os fundos de investimentos, com funcionários do governo argentino.

A intervenção desesperada do FMI não tinha a finalidade de socorrer o país, mas, aos bancos e aos especuladores. Para salvá-los. Pois, nenhum banco privado queria emprestar um dólar à Argentina, pelo seu elevado endividamento. Tudo o que emprestaram fugiu. Se tivesse sido declarado o default em meados de 2018, o país teria poupado toda a dívida do FMI, e ainda haveria 50 bilhões de dólares a menos de fuga.

cam superávit comercial para que ingressem dólares e superávit do orçamento, para comprar esses dólares e entregá-los aos parasitas financeiros.



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional
Londres-París, Maio 2020 - R\$ 5,00

**IV Conferência do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

TESES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS

Índice - Teses sobre a situação política mundial e da América Latina - página 3 / Balanço da recente queda do governo de Evo Morales - página 10 / Aspectos aserens ou que deveriam ser melhor discutidos no balanço final da crise revolucionária da Bolívia - página 18 / Resolução sobre o Chile - página 24 / Resolução sobre a Colômbia - página 25 / Teses sobre o centrismo - página 27 / Resolução sobre a opressão da mulher - página 30

**NOSSA TAREFA HISTÓRICA - Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução Socialista**

Viva a IV Conferência do CERQUI!

Esse esforço descomunal que faremos terá como destino o bolso dos banqueiros. Hoje, todos estão preocupados, porque sabem que a dívida está em default há dois anos, e que não restam dólares de reserva para pagar os vencimentos dos próximos meses. O governo quer pagar, mas não tem com o quê.

O apoio do FMI ao aumento de impostos e retenções aos setores mais poderosos ocorre em função de garantir a arrecadação para pagar a dívida, e não para promover o crescimento da economia. O FMI “apoia” o ministro de economia e o governo, porque estes demonstram vontade de pagar e aplicar suas recomendações. É uma estupidez afirmar que Kristalina se tornou “peronista”. O certo é dizer que o peronismo se fez fundomonetarista. Quanta habilidade têm alguns jornalistas para nos vender gato por lebre! Querem nos fazer acreditar que, em poucos meses, o FMI mudou radicalmente sua política de ajustes.

E os abutres já estão agindo, compran-

do bônus da dívida para demandar legalmente contra o país, repetindo a experiência anterior, que lhes propiciou ganhos extraordinários. Não é verdade que todos os credores querem negociar e chegar a um bom acordo. Um setor do capital financeiro coloca todas as travas, para poder tirar o máximo de ganho da crise. São dezenas de milhões de dólares em jogo, e esses fundos estão associados com empresários locais, meios de comunicação, bancos, com os que trabalham mancomunadamente.

A política de pagar a dívida é um bloqueio para o desenvolvimento da economia. Não poderá haver uma reativação importante da economia, criação de empregos, abertura de empresas, obras públicas em grande escala, com a decisão de pagar a dívida externa, o que supõe aplicar os planos severos do capital financeiro.

Não esqueçamos a experiência do kirchnerismo, que destinou todo o excedente para pagar a dívida externa refinanciada,

afofou a economia, e a levou ao “cepo”. O kirchnerismo teve a seu favor os primeiros anos de não pagamento da dívida, mas, esse oxigênio o perdeu, quando teve de começar a pagar todos os compromissos rigorosamente.

Há aqueles que opinam que se adiasse o pagamento para dentro de quatro anos, seria um grande alívio, e disso querem nos convencer. Se houver adiamento dos vencimentos, será em troca de um plano rigoroso de controle sobre as contas, para que cada dólar que sobre seja guardado para pagar a dívida.

A dívida é uma fraude. Desconhecemos toda a sua legitimidade.

Insistimos, a dívida deve ser desconhecida, não se deve pagar, nem agora, nem dentro de quatro anos, NUNCA! A banca e o comércio exterior devem ser nacionalizados.

*Jornal Massas, Partido Operário
Revolucionário da Argentina,
nº 364 de fevereiro de 2020*

Alemanha

A violência e ideologia fascistizantes, produtos da desagregação capitalista

Em 17 de fevereiro, um atirador abriu fogo contra dois bares, na cidade de Hanau, no oeste da Alemanha. Tombaram assassinadas nove pessoas. O atirador, identificado como Tobias R., atiraria em seguida na própria mãe, antes de cometer suicídio. Em um vídeo, a polícia achou mensagens racistas e xenófobas.

O atentado constituiu mais um elo na cadeia de ataques, atribuídos a grupos e indivíduos de extrema direita. Os dados indicam que essas ações quintuplicaram, desde 2012, coincidindo com um aumento do fluxo de imigrantes e refugiados. De forma que, entre 2015 e 2016, foram registrados 995 “crimes de ódio” contra refugiados, imigrantes, judeus e muçulmanos.

Destacam-se, principalmente, as ações que envolvem grupos organizados. O Gruppe Freital executou ataques com explosivos contra centros de refugiados, em 2015. Zwickau (uma milícia civil) foi responsável pela morte de dez imigrantes. Enquanto a organização neonazista Clandestinidade Nacional-Socialista (NSU) matou nove estrangeiros e um policial, entre 2000 e 2006.

O sintomático do agravamento das tendências fascistizantes é o fato da Alternativa para a Alemanha (AfD), partido político que defende uma política reacionária, terceira força eleitoral do país, aumentar seu número de filiados, e utilizar a cobertura da legalidade burguesa para incentivar o racismo, a xenofobia e o reacionarismo religioso e racial.

A penetração da política xenófoba chegou inclusive às forças de segurança do Estado. Segundo informações dos órgãos

de segurança, são centenas de militares e policiais que, cada vez mais abertamente, se identificam com a política e a retórica da ultradireita. É o que demonstra o caso extraordinário do tenente da Bundeswehr (Forças Armadas Alemãs), Franco A., que, em 2017, ficou detido durante 7 meses, acusado de preparar atentados a políticos, a exemplo do atual ministro do Exterior, Heiko Maas, e da vice-presidente do Bundestag (Câmara de Deputados), Claudia Roth.

O aumento de ataques a indivíduos isolados – sem aparentes vínculos com grupos organizados e partidos políticos da ultradireita – é parte dessa tendência geral de penetração da política fascistizante entre camadas da população e das instituições do Estado. Não por acaso, os alvos desses ataques são políticos favoráveis aos imigrantes, refugiados e imigrantes, bem como a judeus e muçulmanos alemães, ou naturalizados.

Em 2015, um extremista de ultradireita feriu a candidata à prefeitura de Colônia, Henriette Reker. Em dezembro de 2016, outro matou 12 pessoas, em um mercado de Berlim. Em 2017, um homem ameaçou com faca o prefeito de Altena, Andreas Hollstein: “Você me deixa morrendo de sede, mas traz 200 estrangeiros para a cidade”, disse o agressor. Em 2019, o chefe do Conselho Administrativo do distrito de Kassel, Walter Lübcke, foi assassinado pelo extremista de direita, Stephan Ernst, pelo seu posicionamento favorável aos imigrantes. Nesse mesmo ano, um homem tentou invadir uma sinagoga, em Halle, durante o Yom Kippur, principal feriado judaico. Impedido de entrar,

matou duas pessoas e feriu outras duas, perto da sinagoga.

O crescimento dos movimentos e da violência ultradireitista levou o governo alemão a recrudescer as penas por “crimes de ódio”. No entanto, organizações e indivíduos de ultradireita têm agido cada vez mais decidida e ostensivamente. O que demonstra a impotência dessas medidas, para barrar e erradicar o aumento das tendências xenófobas e fascizantes no país. Ocorre que, como vimos acima, essas tendências têm conquistado apoio dentro dos estamentos da burocracia e do aparelho de segurança do Estado burguês. Por sua vez, a AfD vem servindo de meio para estender a ideologia fascizante, se apoiando na legalidade e na democracia formal.

O essencial dessa constatação reside em que o agravamento da violência e da política fascizantes tem por base objetiva as tendências à estagnação e a crise econômica e comercial. O governo vem realizando cortes orçamentários cada vez mais profundos em diversas áreas sociais, atacando - direta e indiretamente - as condições de vida de milhões de alemães. Assim, o retrocesso nas condições de vida leva as camadas afetadas da classe média (urbana e rural) e setores do operariado a responsabilizar o governo pelos gastos em subsídios para os imigrantes. O que acaba se manifestando como rejeição aos métodos e às instituições democrático-burguesas, acusadas de não porem fim a gastos que deveriam ser usados para “beneficiar os alemães”.

O mesmo fenômeno se observou em meados de 1990, quando da reunificação capitalista da Alemanha. À época, o governo despendeu enormes somas de dinheiro para reestruturar serviços e gastos sociais, adequando as condições de vida do leste às mais elevadas do oeste do país. O que veio a se combinar com o fluxo de grande contingente de mão-de-obra do leste europeu, mais barata e de condições de vida inferiores. De conjunto, tais condições fariam ressurgir a retórica e a violência fascizante, que se pretendia definitivamente erradicada. Houve, à época, um crescimento de ataques neonazistas, contra centros de refugiados, e ressurgiram os “pogroms”, a exemplo do que aconteceu em Rostock-Lichtenhagen, em 1992.

Observa-se que, neste período de 30 anos - embora com conjunturais refluxos - vêm crescendo as manifestações de massa, os atos terroristas e a base eleitoral da ultradireita. Entre 1990 e 1993, 58 pessoas morreram pela violência ultradireitista; enquanto, entre 2015 e 2019, 94 foram assassinadas.

Crescem, por outro lado, os setores da população que têm reagido e combatido as manifestações xenófobas e neonazistas. O problema está em que todas elas se caracterizam por exigir que o Estado burguês as reprima e erradique pelos métodos policiais. Mas, é dentro do próprio Estado que se gestam e ganham apoio as tendências fascizantes. Reforçar os instrumentos da ditadura capitalista significa fortalecer os próprios instrumentos, que serão utilizados pela reação fascizante, quando precisar esmagar o proletariado e suas organizações, e garantir os interesses dos monopólios capitalistas. Significa ainda desconhecer que as tendências fascizantes têm por conteúdo e base material as contradições econômicas (choque da propriedade

privada com a produção social e das forças produtivas com as fronteiras nacionais) e condições políticas (choque de classes, disputa interimperialista pelos mercados e fontes de matérias primas, etc.) que estiveram presentes também no surgimento do nazismo, e que não foram resolvidas, nem com a reunificação alemã, nem com a união capitalista da Europa.

O proletariado alemão é a única força social capaz de erradicar a ultradireita e esmagar a violência fascizante. Mas, somente o fará construindo partido marxista-leninista-trotskista, e se libertando das direções pró-imperialistas. Não se deve esquecer que seu passado foi constituído sobre heroicas lutas revolucionárias, e uma ferrenha disposição ao combate à reação.



O proletariado alemão é a única força social capaz de erradicar a ultradireita e esmagar a violência fascizante. Mas, somente o fará construindo partido marxista-leninista-trotskista, e se libertando das direções pró-imperialistas.

Mas, parte dessa experiência e seus instintos comunistas foram brutalmente mutilados e deformados, sob a direção da política reformista e pelas traições do estalinismo. Foi nessas condições que o nazismo conquistou as massas e o poder na Alemanha, submetendo violentamente o proletariado à ditadura policial-burocrática do capital financeiro alemão.

A classe operária alemã e europeia deve tirar as lições do passado e aplicar seus ensinamentos no presente. O ponto de partida para conquistar sua independência de classe é retomar a tradição marxista, e recuperar o programa da revolução e ditadura proletárias. Os sindicatos devem ser arrancados do controle da socialdemocracia.

A barbárie social e as tendências fascizantes que decorrem dela serão derrotadas com a luta da classe operária, organizada sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Trata-se de superar a crise da direção revolucionária, erguendo o partido proletário. A luta dos explorados contra o nazifascismo permitirá à vanguarda encarnar essa tarefa.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Dedicamos os três últimos números do jornal Massas para expor a análise da situação revolucionária e da insurreição que se aproximava. Vimos a enorme importância do folheto “Poderão os bolcheviques manter o poder?”. A confiança de Lênin, de que a classe operária e os camponeses estavam preparados para derrubar o governo de Kerensky, e constituir um governo próprio. Em 30 de setembro de 1917, Lênin redigiu o manifesto “Aos operários, camponeses e soldados”, exortando as massas e os soldados a olharem o que se passava no campo e na cidade. O governo cambaleante procurava tomar a iniciativa política, reprimindo duramente os levantes camponeses. No entanto, os soldados, cansados da guerra, já vinham se deslocando para o campo da revolução. A classe operária, dirigida pelos bolcheviques, estava diante de uma situação extremamente favorável para concretizar a aliança com os pobres do campo, e marchar rumo ao poder.

A passagem seguinte revela a certeza de que não havia que vacilar um só segundo na preparação da insurreição. “Se o poder está nas mãos dos soviets, então, no mais tardar, 25 de outubro (se o Congresso dos Soviets se inaugura em 20 de outubro), se oferecerá a todos os povos beligerantes uma paz justa. Teremos na Rússia um governo de operários e camponeses, que, imediatamente, sem perder um só dia, proporá uma paz justa a todos os povos em guerra. E, então, o povo saberá quem deseja uma guerra injusta. Então o povo decidirá sobre a Assembleia Constituinte”. (...) “Camaradas! Lembrem que Kerensky já enganou uma vez o povo, quando prometeu convocar a Assembleia Constituinte!” Em 8 de julho, prometeu solenemente convocá-la, no mais tardar, em 17 de setembro, e enganou o povo. Camaradas! Quem acredita no governo de Kerensky, trai seus irmãos, camponeses e soldados!” (...) “Abaixo o governo de Kerensky, que se alia aos generais latifundiários para reprimir os camponeses, para metralhar os camponeses, para prolongar a guerra! Todo poder aos soviets de deputados, operários e soldados!”

Em 1º de outubro, Lênin chegou à conclusão de que a insurreição não poderia depender da realização do Congresso dos Soviets. Na “Carta ao CC, CM, CP e aos membros bolcheviques dos soviets de Petersburgo e Moscou”, afirma essa posição. Em 5 de outubro, realizou-se a reunião do Comitê de Petersburgo, na qual alguns dirigentes se opuseram, com o argumento de que não se deveria forçar os acontecimentos, e que cabia aguardar o Congresso dos Soviets. A maioria apoiou Lênin. No Comitê de Moscou, de 7 de

outubro, colocou-se pela imediata preparação da luta pelo poder. Em seguida, em 10 de outubro, a Conferência dos bolcheviques de Moscou confirmou essa posição.

Em 4 de outubro, Lênin apresentou “Teses para o informe diante da Conferência da organização de Petersburgo, em 8 de outubro, e também para uma resolução e instruções aos delegados do Congresso do partido”. A III Conferência da cidade de Petersburgo se realizou entre 7 e 11 de outubro. Mostrou firmeza na aprovação da linha defendida por Lênin. O fundamental das Teses se encontra na bandeira “Todo poder aos soviets”. Lênin insistiu em que o partido se empenhe em agitar nas fábricas e quartéis o objetivo de derrubar o governo de Kerensky. As Teses também respondiam à Assembleia Constituinte. O partido deveria ter sua lista definida – Lênin fez a defesa do nome de Trotsky, em particular. No entanto, assinalou que era preciso “lutar contra as ilusões constitucionais e as esperanças depositadas no Congresso dos

(...) os soldados, cansados da guerra, já vinham se deslocando para o campo da revolução. A classe operária, dirigida pelos bolcheviques, estava diante de uma situação extremamente favorável para concretizar a aliança com os pobres do campo, e marchar rumo ao poder.

Soviets, abandonar a ideia pré-concebida de que obrigatoriamente devemos ‘esperar’ até que se reúna, e centrar todos nossos esforços em explicar às massas que a insurreição é inevitável e em prepará-la”. Conclui: “com os soviets das duas capitais em suas mãos, se os bolcheviques renunciarem a cumprir essa tarefa e se resignarem com a convocação da Assembleia Constituinte (isto é, de uma Assembleia Constituinte falsificada) pelo governo Kerensky, reduziriam a uma

frase vazia toda a propaganda em favor da consigna ‘Todo o poder aos soviets’ e, politicamente, se cobririam de vergonha como partido do proletariado revolucionário”. Como se vê, estava claro para Lênin que não haveria Assembleia Constituinte, a não ser com a tomada do poder pelo proletariado. Era preciso combater as ilusões constitucionais no seio do próprio bolchevismo.

Apreensivo por não poder participar, pois, estava perseguido pela polícia, Lênin enviou a “Carta à Conferência da cidade de Petersburgo”. Alerta para o fato recente de Kerensky dar sinal de que poderia entregar Petersburgo aos alemães. É o que mostrava a ocupação de Ösel pelos alemães, e a passividade da frota inglesa. Defendeu a máxima urgência nos preparativos da insurreição. Eis: “Devemos reconhecer que a revolução sucumbirá, se o governo de Kerensky não for derrotado nos próximos dias pelos proletários e soldados. O problema da insurreição está na ordem do dia”. A Carta orienta a Conferência a estabelecer um plano de ação.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)